

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de maio de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADA IVANA BASTOS

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (56).

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Não há Expediente a ser anunciado.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Robinho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, presidente, boa tarde a todos os nossos funcionários públicos aqui presentes.

Parece que agora, aqui na Bahia, só se fala de segurança pública, não é? Lembrando aqui, colega Olívia, que dos dez municípios mais violentos do Brasil, sete estão aqui na Bahia. A Bahia é líder em homicídios, com mais de 6,6 mil homicídios, e é líder de assassinatos de mulheres e de negros.

Então, eu não sei o que o governo da Bahia tem feito, porque essa é uma situação crescente. Repetindo o que eu venho sempre falando, mas tem coisas que parece que a gente tem que massificar: em 2006, a Bahia só perdia em segurança pública, em qualidade de vida para o estado de Santa Catarina, hoje, é o estado mais violento, é mais violento do que o Rio de Janeiro.

Eu me lembro que, quando criança, quando se falava de violência, a gente lembrava do Rio de Janeiro! Hoje, a gente lembra da Bahia! Lembrando aos funcionários públicos que estão aqui presentes que, hoje, o governo vai ser agraciado com mais dois empréstimos: um de R\$ 3,5 milhões e um de R\$ 1,5 milhão. Esta Casa aqui só enche no dia de votar empréstimo. E quero dizer a vocês o seguinte: desses R\$ 3,5 milhões mais R\$ 1,5 milhão, R\$ 3 milhões são para pagar empréstimos. Está tomando empréstimo para pagar empréstimo.

Que Deus tenha piedade da Bahia e dos baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Marcone Amaral pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCONE AMARAL: Boa tarde, Sr.^a Presidente; boa tarde ao público aqui presente; boa tarde à imprensa, aos Srs. Deputados e às Sr.^{as} Deputadas; boa tarde aos funcionários desta Casa.

E, hoje, Sr.^a Presidente, eu venho aqui, na verdade, trazer uma Moção de Congratulações ao Esporte Clube Vitória, nosso querido time. Eu sou um ex-atleta do Esporte Clube Vitória. Tenho muito orgulho de ter passado a minha infância, a minha adolescência, a formação do meu caráter, da minha personalidade e da minha pessoa no meu clube formador, que me projetou para o mundo através do esporte. No Vitória, graças a Deus, eu consegui uma carreira internacional como jogador de futebol, com muito orgulho. Como representante do povo baiano nesta Casa, venho trazer essa Moção de Congratulações ao Esporte Clube Vitória, nosso querido time.

(Lê) “**MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES**”

*A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, por meio deste pronunciamento, vem a público render **congratulações ao Esporte Clube Vitória** pela passagem dos seus **126 anos de fundação**, celebrados neste dia 13 de maio de 2025.*

Fundado em 1899, o Esporte Clube Vitória se tornou um dos clubes mais tradicionais e respeitados do futebol brasileiro. O ‘Leão da Barra’, como é carinhosamente conhecido por sua apaixonada torcida, construiu ao longo de mais de um século uma rica trajetória marcada por conquistas regionais e nacionais, pela revelação de inúmeros talentos do futebol, e por representar com garra e orgulho o estado da Bahia nos gramados do Brasil e do mundo.

Esta data é, portanto, motivo de grande celebração não apenas para os seus torcedores, mas para todos aqueles que reconhecem a importância do Vitória na formação de cidadãos, atletas e na construção da identidade esportiva do nosso estado.

Como ex-atleta e hoje deputado estadual, reafirmo minha eterna gratidão e profunda identificação com o Esporte Clube Vitória. Tive a honra de ser formado nas divisões de base do clube e de vestir com orgulho o manto rubro-negro. Antes de seguir carreira internacional, conquistei títulos importantes como o Campeonato Baiano e a Copa do Nordeste,...” três vezes campeão baiano, duas vezes campeão da Copa do Nordeste, e diversos títulos na divisão de base nacionais e internacionais, (lê) “(...) vivências que marcaram não apenas minha trajetória profissional, mas também minha vida pessoal.

Hoje, como representante do povo baiano nesta Casa Legislativa, faço questão de registrar este momento de júbilo, reconhecendo o papel social, esportivo e cultural desempenhado pelo Esporte Clube Vitória.

Parabenizo o clube, sua diretoria, funcionários, atletas, torcedores e todos que fazem parte dessa gloriosa história...” São 126 anos de fundação do nosso querido Esporte Clube Vitória.

(Lê) “(...) Que venham mais vitórias, mais títulos e mais anos de glórias para o nosso querido Leão!

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa da Bahia, 13 de maio de 2025.

Marcone Amaral

Deputado Estadual”

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Viva o Vitória! Parabéns ao nosso querido rubro-negro baiano!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidenta, caro deputado Rosemberg, todos os deputados presentes aqui, deputada Olívia, deputado Marcelino; aos servidores do Sinpojud, o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa luta também por valorização e pelo Projeto de Lei nº 25.491/2024.

O que me traz aqui, Sr.^a Presidenta, é parabenizar a deputada Cláudia Oliveira pela proposição da audiência pública sobre a Ponte do Rio Jequitinhonha. Eu estava presente lá junto com o prefeito de Belmonte, Iedo Elias, e com o prefeito de Itapebi, Dr. Isan Botelho.

Nós tivemos alguns questionamentos ao superintendente do DNIT. A ponte sobre o Rio Jequitinhonha tem 50 anos, está totalmente deteriorada, ameaçando a segurança daqueles que trafegam por lá: a população, estudantes e famílias; com ambulâncias, caminhões, ou com carretas.

Recentemente, há cerca de 7 dias, foi interrompida a trafegabilidade, sem um aviso à população, sem sequer um aviso ao prefeito de Itapebi, ilhando a cidade inteira.

Nós sabemos que temos de ter uma ponte reabilitada – há 7 anos não é providenciada a sua reabilitação – estamos pedindo a construção de uma ponte

nova! Com certeza, até lá, esperamos que algumas questões técnicas possam ser resolvidas, dentre as quais que possa haver um laudo técnico para a permissão de trafegabilidade de veículos leves, ambulâncias, impedindo que o aumento de quase 3 horas por estradas vicinais, sem condições de trafegabilidade, possa pôr em risco a vida não apenas de pacientes, mas de toda a população.

A presidenta Ivana Bastos esteve lá presente, deu sugestões importantes, fez audiências com ministros, mas, deputada Ivana, nós estamos também solicitando a prioridade na pavimentação da estrada vicinal que passa por Santa Maria Eterna, município de Belmonte. E por que isso?

Uma ponte que levou 7 anos para ser definida, tendo quatro licitações vazias, com certeza teve licitações com investimentos subdimensionados. Agora, foi licitada sua reabilitação no valor de R\$ 43 milhões, mas já vai haver uma nota técnica para a construção de ponte nova. Enquanto isso, Santa Maria Eterna, deputado Marcelino Galo, está tendo todo o tráfego de carretas e caminhões passando por lá, numa estrada que já se pede, há muito tempo, a sua pavimentação.

Então, nós estamos aqui, como representantes também daquele município, para pedir que, paralelo à construção de uma nova ponte, o governo federal, por meio do presidente Lula, do nosso ministro Rui Costa, do nosso ministro do Transporte Renan Filho, possa priorizar aquela estrada, melhorando o desenvolvimento regional e também as condições de trafegabilidade.

Ontem, estivemos na CBPM assinando um memorando de entendimento para instalação de uma fábrica de produção e processamento de areia silicosa. Belmonte tem uma das melhores areias silicosas do mundo e que possibilitam fazer películas nos vidros solares, transformando placas solares, duplicando a sua capacidade. Para isso serão investidos mais de 1 bilhão.

Quero parabenizar o prefeito Iedo Elias; também o presidente da CBPM, Henrique Carballal; e a Homerun, uma empresa canadense que tem essa patente registrada. Mas imaginem os senhores um grande investimento no município de Belmonte e em toda região impactado por ausência de estradas vicinais.

Então, nós estamos aqui, deputada Ivana, com a sua anuência, inclusive a deputada Maria del Carmen fez uma sugestão: que a gente possa visibilizar o problema...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campanhas.)

(...) do Extremo Sul, levando deputados in loco para solicitar aos ministros a imediata providência com ações emergenciais, que são laudos técnicos que permitam a trafegabilidade de veículos leves, desvios pelas estradas vicinais, mas que também possam incluir o asfaltamento daquela BA que passa por Santa Maria Eterna, que não vai suportar todo o tráfego de caminhões...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campanhas.)

(...) passando por uma estrada de barro.

Era isso, quero parabenizar a deputada Cláudia e me colocar também ao inteiro dispor dos prefeitos daquela região do Extremo Sul. Quero parabenizar também a CBPM pela realização de importante memorando de entendimento para

implantação dessa fábrica de vidro solar, que vai revolucionar a Bahia, o Brasil e, com certeza, emancipar politicamente o município de Belmonte.

Obrigada, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr.^a Presidenta, deputada Ivana Bastos, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados presentes neste Plenário, senhores e senhoras que ora ocupam as galerias, ali, que são do Sinpojud e estão em luta. Eu gostaria de debater um tema aqui, porque, hoje, nós vamos votar a aprovação de dois projetos de empréstimos. Sempre que vai se votar empréstimos nesta Casa, é uma dificuldade, por conta do entendimento contraditório que tem a Oposição. A Oposição cobra serviços, cobra ação do governo que gere o estado e, no entanto, cria toda essa dificuldade para que se aprove os empréstimos.

O estado da Bahia, que tem uma das menores arrecadações do ponto de vista do tamanho da sua população, tem demandas sociais e demandas de infraestrutura muito grandes. E a renda, o que arrecada, não é suficiente para cobrir essas despesas, do ponto de vista da infraestrutura. Então, qual a situação do Brasil hoje? O estado da Bahia é o segundo estado em volume de investimentos do Brasil.

O governador Jerônimo, no 1º ano de governo, – este é o segundo, porque no primeiro ele já entra com o seu Orçamento definido pelo período anterior – é o governador da Bahia, em todo seu período histórico, deputado Euclides, que mais investiu. Que mais investiu! Isso é o que apresenta a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Então como vamos fazer tantos investimentos? Vejam o que vem sendo feito nas escolas da Bahia. Antes, a gente comparava: “Ah, esta escola aqui está melhor do que uma escola particular.” E vejo que, hoje, acontece isso com as escolas de tempo integral, que vêm sendo construídas e dão gosto se ver. Você fica feliz ao entrar numa escola pública com anfiteatro, com piscina, com espaço para a educação formal; mas para o reforço escolar também; para a prática do esporte; para aprender arte e cultura. Então, é um conjunto de investimentos que precisa ter fontes. Como fazer isso se não buscar antecipar a renda futura para criar as condições para mais desenvolvimento neste estado?

É o governo que mais investiu na saúde! É o governo que mais investiu em infraestrutura! Vejam o projeto do VLT, que está aí para todo mundo ver. Ele vai revolucionar o Subúrbio Ferroviário, dando dignidade àquelas pessoas, trazendo um meio de transporte na mobilidade que não vai poluir, porque é movido a energia elétrica, não vai queimar combustível fóssil.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Com isso, fará uma revolução na mobilidade urbana, dando conforto àquela população, que ganhará tempo para ficar mais em casa com as suas famílias, com dignidade ao ser transportado para o seu trabalho.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO: Então, esse é o governador que mais investe!

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Esse é o governo que precisa de fontes de financiamento! E esta Casa tem de dar todo o suporte e todo o apoio a esse governo, que é o governo que mais investe na Bahia...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO: (...) nos últimos tempos.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados e deputadas, eu quero saudar os companheiros e as companheiras que estão em luta, aqui, nas galerias pela aprovação do Projeto de Lei nº 25.491/2024.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero dizer, inclusive, que estive com a comissão do Sinpojud, conversando em audiência com o secretário Afonso, que ficou também de nos ajudar, empenhando-se, junto ao Poder Judiciário – são dois Poderes autônomos e independentes – para que o Judiciário verdadeiramente priorize esta pauta de votação do PCCV, que é o objeto principal de preocupação e de luta dessa categoria.

Então, contem com o nosso mandato, que está aqui não só à disposição, mas também estimulando e dialogando com os colegas para que a gente consiga, deputado Rosemberg, colocar esse projeto em pauta e ele ser votado para resolver essa demanda tão importante das trabalhadoras e dos trabalhadores do Judiciário baiano.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero dizer também, presidenta, que hoje é o dia 13 de maio. E que nós do movimento negro, da luta antirracista no Brasil estabelecemos como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo. Nós entendemos que o 13 de Maio é uma data em que nós não temos o que comemorar, o que celebrar. É uma data que traz uma ideia de força e de luta para que um dia a gente conquiste a liberdade plena, a autonomia da população negra, o direito à vida, e a vida em segurança que a população negra tanto anseia e que nunca conseguiu conquistar neste solo tropical do Brasil.

Quero dizer, inclusive, que são ainda alarmantes os dados do Atlas da Violência que foram divulgados nessa segunda-feira. São estatísticas de morte que focam principalmente no alvo negro, no corpo negro de homens e de mulheres neste país.

Para vocês terem uma ideia, o Atlas – que é o resultado de um trabalho organizado não só com os dados obtidos pelo Ipea, mas também pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – nos dá a informação de que 45.747 pessoas foram

mortas no Brasil em 2023. Pasmem, é a menor taxa de mortalidade de vítimas de homicídio nos últimos 11 anos. E embora haja essa queda, ainda são números de guerra, que não dão para a gente celebrar. E 76% dessas mortes foram de pessoas negras.

É muito triste ver a nossa Bahia também destacada nesse Atlas da Violência. E nós temos que enfrentar os números com política pública concreta, real de redução da mortalidade neste estado e neste país. A obra da vida é muito mais importante do que qualquer construção de concreto, de ponte, de estruturas. Tudo é importante, mas a vida é muito mais importante.

Portanto, eu faço, aqui, este apelo... Sei do empenho, das preocupações do governador Jerônimo, mas nós precisamos fazer mais esforços coletivos deste Legislativo, desta Assembleia Legislativa, do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público para garantirmos que essa confluência de instituições trabalhe pela redução, tem que ser redução drástica, dos indicadores de mortalidade...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por homicídio e por feminicídio na nossa Bahia.

Essa é uma tarefa que está aí a nos desafiar, porque nós não podemos falar de abolição enquanto a morte for uma sentença na vida de tantas, de milhares de pessoas negras neste país....

E 92% dessas mortes na Bahia são de pessoas negras,...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

Finalizando, deputada Kátia.

(...) não porque somos maioria, porque nós somos maioria numérica nesta população, mas nós somos minoria no Poder Legislativo, nós somos minoria no poder econômico: não há correspondência entre a quantidade da população negra e o acesso a bens econômicos, culturais e educacionais neste estado.

Então, fica, aqui, a nossa fala, o nosso protesto e a nossa luta revigorada em favor da vida da população negra.

Finalizo mesmo dizendo que estou me dirigindo a Santo Amaro, onde hoje, 13 de maio, tem o Bembé do Mercado. Vai começar na tarde de hoje, mas vai virar a noite até domingo. Temos a celebração do Bembé do Mercado com debates e com uma série de eventos que vão acontecer. É muito importante que o Bembé, inclusive, será tema do próximo Carnaval do Rio de Janeiro.

A Sr.^a PRESIDENTA (Kátia Oliveira): Conclua, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: E nós, esta Casa, temos que reconhecer o valor cultural do Mercado do Bembé, do Mercado Municipal de Santo Amaro.

Muito obrigada por sua tolerância, deputada Kátia. Muito obrigada.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Kátia Oliveira): Deputada Cláudia Oliveira, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA: Boa tarde a todos os presentes, nobres deputados, deputadas, deputada Kátia Oliveira, que ora preside esta sessão, meu abraço a todos do Sinpojud, do Judiciário aqui. Coloco o meu mandato também à disposição de vocês para o que for necessário.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Cont

em com a deputada Cláudia Oliveira.

Quero, aqui, antes de falar da audiência pública que nós tivemos hoje na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, falar do aniversário de Eunápolis ocorrido ontem, 12 de maio, quando completou 37 anos de emancipação política. E, aqui, quero deixar registrado o meu abraço a essa cidade que tanto amo, que me recebeu quando criança, com a minha família, e da qual por três vezes, quatro vezes agora... Sou, mais uma vez, a primeira-dama desse que é um município tão importante para a nossa Bahia.

Quero deixar, aqui, o meu abraço ao meu esposo, Robério Oliveira, que mais uma vez assumiu a Prefeitura de Eunápolis e vem trabalhando muito por uma cidade que carecia de cuidados, de zelo, de responsabilidade com o erário público. Pegou uma cidade endividada, com autoestima baixa, com a população, realmente, precisando ter Robério novamente como prefeito. E, em junho, vamos comemorar em grande estilo os 20 anos do maior São Pedro do Brasil. O Pedrão completa 20 anos, e o prefeito deverá estar anunciando nesta semana a grade de atrações da festa, que vai ser uma das maiores de toda a Bahia.

É uma festa que o município de Eunápolis abraçou há 20 anos. A autoestima, como eu disse, se elevou, a cidade gera emprego e renda temporariamente, os hotéis... É uma festa que não só impulsiona a economia local, mas também de toda a Costa do Descobrimento. Já que Eunápolis não conta com uma rede hoteleira grande, Porto Seguro acaba se beneficiando com essas pessoas que vão para Eunápolis, procedentes não só do estado da Bahia, mas também de outros estados, a exemplo de São Paulo, que, através de emissoras de rádio, divulgam a programação do Pedrão.

Então, quero aproveitar, aqui, e deixar o meu abraço para o povo de Eunápolis, onde eu sempre fui muito bem votada.

Também quero falar hoje, aqui, da audiência pública que nós tivemos na Comissão de Infraestrutura. E eu, falando de Eunápolis, aqui demonstro também a preocupação do prefeito Robério Oliveira com essa situação da interdição da ponte sobre o Rio Jequitinhonha. Eunápolis, como cidade referência, cidade polo, economicamente, do Extremo Sul, é uma cidade que tem um centro de abastecimento e de distribuição que chamamos de regional. E ele está muito preocupado. Quando se fala dessa festa que vai acontecer nos dias 26, 27, 28 e 29 de junho, Robério demonstra a sua preocupação e pede celeridade ao DNIT, pede a parceria com o governo do estado, com o governo federal para que isso possa ser resolvido o quanto antes.

Nós estivemos hoje, na comissão, com o coordenador de Engenharia do DNIT, o Sr. Antônio Carlos, como também com o superintendente do DNIT-Bahia, o Sr. Roberto Alcântara, que veio...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) representando o diretor do DNIT-Brasil. Ele conversou conosco e falou sobre o que está acontecendo desde quando a ponte foi interditada, os trâmites e o que eles vão fazer.

Eu quero, aqui, agradecer ao deputado estadual Eduardo Salles, presidente da comissão, e também a todos os deputados que se fizeram presentes, hoje, lá na comissão,...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas também aos que não são da comissão, a exemplo da deputada Fabíola Mansur, que contribuiu muito...

Peço mais 1 minuto, presidenta.

Ela contribuiu muito com essa comissão. E, até amanhã, nós deveremos ter um retorno do Sr. Roberto em relação aos pleitos apresentados: a melhoria das estradas vicinais e a melhoria das BAs, já que o trânsito está sendo feito por elas por conta da interdição da ponte.

Então, o superintendente do DNIT informou que há recurso, sim, para a construção da nova ponte, que isso é o mais importante. E, amanhã, ele vai ter uma resposta quanto à licitação e também quanto à liberação dos veículos mais leves, para que possam voltar a passar pela ponte. Então, foram vários assuntos discutidos.

Também quero aproveitar para agradecer pelas presenças aos prefeitos Isan, de Itapebi, e Iêdo, de Belmonte.

Foi uma audiência em que, realmente, nós falamos muito sobre toda essa situação que não atinge somente à Bahia, mas também ao Brasil, já que a BR-101 atravessa o nosso país. E está sendo muito ruim para a Costa do Descobrimento não só no que se refere ao turismo, mas, principalmente, à economia.

Quero também agradecer à nossa deputada e presidenta Ivana Bastos, que muito nos honrou com a sua presença e colocou a Assembleia Legislativa à disposição para que a gente possa, em breve, estar levando...

E já foi dada ciência ao ministro Rui Costa, aos nossos senadores da República...

A Sr.^a PRESIDENTA (Kátia Oliveira): Para finalizar, deputada Cláudia Oliveira.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA: (...) e também ao nosso vice-governador, governador em exercício, que nós vamos... Já estamos agendando uma reunião com ele para amanhã.

Então, durante esta semana, esse tema da ponte sobre o Rio Jequitinhonha vai ser sempre falado aqui, neste Plenário. E eu sei que a preocupação não é só dos deputados da comissão, é uma preocupação dos 63 deputados estaduais que estão aqui representando o povo baiano.

Muito obrigada pela tolerância, deputada, ora presidente, Kátia Oliveira.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Kátia Oliveira): Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 5 minutos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidenta, demais deputados e deputadas, quero, inicialmente, saudar a presença dos trabalhadores do Judiciário baiano que, mais uma vez, estão tomando toda a nossa galeria. Eu quero tratar desse tema daqui a pouco, mas antes apenas fazer dois registros.

O primeiro é que, ontem, nós tivemos o Dia Mundial da Enfermagem. E é muito importante dizer isso porque nós tivemos uma vitória importante, que foi a aprovação do piso nacional da enfermagem, que marcou a Constituição deste país. No entanto, nós temos um desrespeito sistemático a esse piso. E, hoje, a luta é pela aprovação da emenda constitucional que garante uma carga horária máxima de 30 horas para que o piso seja respeitado. Aprovando-se a PEC 19, de 2024, sem uma carga horária máxima de 30 horas será impossível ter o respeito, de fato, a essa conquista do povo brasileiro que é o piso nacional da enfermagem.

Então, todo o apoio a essa luta, toda a energia do nosso mandato para que a gente consolide a vitória do piso nacional da enfermagem e que o Congresso Nacional realize a vontade do povo brasileiro de que os nossos profissionais e as nossas profissionais da enfermagem sejam, realmente, respeitados neste país.

E por falar em piso, Sr.^a Presidenta, eu quero marcar que ontem participei de uma assembleia gigantesca da rede municipal de educação, que rejeitou a proposta do prefeito Bruno Reis de um percentual em torno de 6%, porque a perda da categoria em relação ao seu piso nacional é de 58%.

E, aí, eu quero marcar apenas um elemento aqui: a Prefeitura de Salvador tem a possibilidade de um limite máximo de 54% do Orçamento do município para os gastos com os servidores municipais. Quanto a prefeitura, hoje, gasta? Gasta 32% dos recursos com o funcionalismo público, ou seja, existem 22% de margem de manobra constitucional para se pagar o piso da educação, e o prefeito Bruno Reis diz que não tem condições de pagar. Por isso que a assembleia, que foi gigantesca, ontem rejeitou essa posição. Hoje, mais uma vez, as educadoras ocuparam as ruas para dizer que não tem o fim da greve na rede municipal – que está sendo apoiada de maneira muito firme pelas famílias deste município – sem a aprovação do piso nacional da educação. E, para isso, tem todo o apoio do nosso mandato da resistência.

Mas, Sr.^a Presidenta, não poderia sair desta tribuna sem abordar o problema do Judiciário estadual.

Hoje, houve um processo de mobilização...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que é prosseguimento, deputada Fabíola, deputado Marcelino Galo, de um movimento extremamente vitorioso. A greve está forte, não é? E, hoje, a

categoria ocupou as próprias dependências do TJ para forçar uma negociação com a presidenta Cíntia, que na mesa de negociação diz que tem disposição, inclusive, para fazer uma judicialização nacional no STF, para ver o projeto do Judiciário ser aprovado aqui.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então, não entendemos por que esta Casa vacila tanto e porque o governador Jerônimo ainda não orientou a sua base para que tenha uma posição afirmativa em relação ao PL do PCCV. Não existe outro caminho se não o da aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Judiciário!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Todo mundo sabe disso!

O Judiciário está parado; a presidenta fala em relação à autonomia dos Poderes. E como é que nós podemos ainda vacilar e prorrogar essa vitória, que não será uma vitória apenas do Judiciário, será uma vitória do povo da Bahia. Porque os servidores do Judiciário, vamos e convenhamos, estão humilhados com o arrocho salarial...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que lhes impõe uma perda de cerca da metade da sua capacidade, da metade da sua renda.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

Isso é inaceitável!

E um projeto chega aqui avalizado pela própria presidência do TJ, não é?, falando de autonomia entre os Poderes, e esta Casa não coloca o projeto em votação. E nós temos que ver o que aconteceu em relação à eleição para a Presidência desta Casa, que nós precisamos apelar para o Supremo Tribunal para ver a vitória...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nesta Casa. Nós vamos precisar fazer isso em relação ao próprio Judiciário?

Eu acredito que a Assembleia Legislativa não vai passar por essa vergonha, o governador Jerônimo também não vai passar por essa vergonha...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) de ver o PCCV ser imposto judicialmente a esta Casa, pela afirmação da autonomia dos Poderes.

Portanto, é hora de colocar o plano em votação, de respeitar os servidores,...

(As galerias se manifestam.)

(...), respeitar a Bahia, porque não há outro caminho se não o da vitória desta categoria, que está decidida, que todos os dias ocupa esta galeria para exigir respeito, que será conquistado. Eu não tenho nenhuma dúvida disso.

Parabéns pela luta. Estamos juntos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Paulo Câmara, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr.^{as} e Srs. Deputados, minha solidariedade também ao Sinpojud em razão desse momento difícil por que passa. Mas tenho a certeza de que com muito diálogo, decência e parcimônia o melhor será encontrado não só para o Judiciário, mas, principalmente, para todos os servidores daquela casa.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o assunto que eu trago aqui hoje – peço a atenção da deputada Fabíola, porque eu sei que é um tema que mexe com ela – é sobre a educação.

Eu sou neto de educador, minha mãe é professora aposentada do município de Salvador. E o que nós vemos, hoje, principalmente no que se trata das escolas particulares, é um verdadeiro acinte à educação, deputado Marcelino Galo: a venda casada de livros em escolas particulares.

Eu sou da época em que eu e minha irmã, que é 3 anos mais velha do que eu, repassávamos os livros, não é?, do 3º ano para o 1º ano. Até bem pouco tempo, meus sobrinhos e meus filhos também permutavam livros, mas o que as escolas particulares fazem hoje? A verticalização do ensino, obrigando os pais a comprarem módulos nas empresas indicadas pelas escolas, os quais custam até R\$ 8 mil. Como se já não bastasse a mensalidade de R\$ 2, 3, 4, 5 ou 6 mil, o pai arca com o custo de R\$ 8 mil para comprar um módulo verticalizado.

E o que acontece se uma criança perder um módulo, deputada Cláudia? É obrigado a comprar o kit de novo! Mais um kit! É, deputada Fabíola, mais um kit. Quer dizer, isso é um acinte. Que tipo de educação nós queremos para nossos filhos, para o futuro da nossa cidade, para o nosso estado e para o nosso Brasil?

Esses grandes conglomerados, os fundos de investimentos, compram as grandes escolas e verticalizam o ensino. Você passa a ter lá um só setor – a mesma compra casada, vendida – e a ser refém de um sistema nocivo e perverso.

Uma associação de pais esteve agora no meu gabinete e nós vamos mobilizar, Fabíola, uma audiência pública aqui para tratar desse assunto. Peço o apoio da Comissão de Educação, da deputada Olívia, de V. Ex.^a e de todos aqueles que queiram participar.

Primeiro, os professores foram consultados? Os sindicatos foram consultados? Que tipo e nível de qualidade da educação está se colocando para as nossas escolas? Fora os preços abusivos. Não existe uma competitividade, não existe a empresa “a”, a empresa “b” ou a empresa “c”; você é obrigado a comprar, deputado Raimundinho, naquela empresa que a escola determina que você compre e, se você não comprar, você opta em estudar naquela escola ou não estudar mais.

Eu acho que é um assunto que traz a responsabilidade a esta Casa. Nós precisamos estar atentos a esses desmandos e desvios que acontecem, mas com essa mobilização que acontece agora – e o Ministério Público já está a par de tudo isso –, eu acho que nós podemos dar a nossa contribuição. Nós não temos competência para resolver, mas temos para mobilizar a sociedade civil organizada, mobilizar os entes, mobilizar os sindicatos para que nós possamos fazer uma grande força-tarefa para que pelo menos se sensibilizem.

Que não seja o módulo, que seja uma coisa parcial, mas não mais facultar a um filho da segunda geração – um de 16 anos e um de 14 anos, por exemplo – que possa reutilizar um módulo praticamente intocável, sendo obrigado a comprar outro como se a educação estivesse barata no nosso estado, no nosso país.

Hoje, no custo familiar, dos custos fixos de qualquer orçamento doméstico, a educação é um dos primeiros, em paralelo ao plano de saúde. Não é fácil isso. Precisamos primeiro estar atentos a isso. Eu acho que é nosso dever, nossa obrigação. Vou marcar ainda esse mês a audiência pública e espero contar com todos os participantes. Todos são bem-vindos, porque é inadmissível esse acinte que vem sendo feito na educação baiana.

Muito obrigado, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados. Obrigado e sucesso a todos das galerias, aí.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Felipe Duarte pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Felipe Duarte: Sr.^a Presidenta...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Só 1 minuto, Sr. Deputado. Vamos prorrogar a sessão por mais 30 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. Felipe Duarte: Pois, não. A senhora quem manda.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Felipe Duarte.

O Sr. FELIPE DUARTE: Sr.^a Presidenta, Srs. Colegas, imprensa, sindicato que hoje nos prestigia nas galerias, meu boa-tarde.

Passo aqui hoje para fazer um apanhado dos nossos trabalhos no final de semana, na nossa região. Tivemos, na quinta-feira e também no sábado, uma importante vaquejada no Parque Santa Cruz, em Malhada. Quero parabenizar o prefeito de Malhada por isso. Tivemos a oportunidade de lá estar também com a presidenta desta Casa, com o nosso amigo Waldenor, com nosso amigo, professor Zé Raimundo, e foi muito bacana. Aquele evento foi muito importante para aquela cidade, pois fomenta a economia, fortalece o agronegócio e, sobretudo, eterniza a cultura da vaquejada, que é uma cultura importante para a nossa terra.

Estivemos também na *Expo Riacho*, foi a oitava exposição agropecuária que teve no município de Riacho de Santana. Quero parabenizar também o prefeito João Vítor, a secretária de Agricultura Flávia e a primeira-dama Tainara, bem como dizer da importância daquele evento, que também ajudou a colocar os produtos que são industrializados naquele município em exposição, ajudando também a fortalecer a agricultura familiar.

Tivemos uma audiência em Caculé, na sexta-feira pela manhã, onde tratamos da questão dos transportes intermunicipais e interestaduais. Então, quero parabenizar todos os organizadores, a comissão que fez parte da organização

daquela audiência pública, e dizer que a causa é importante e nós temos que perseguir. Nós não podemos tratar assim o transporte público, ainda que seja uma questão de transporte privado, é uma concessão pública. Então, nós temos que ter responsabilidades. Quero parabenizar o prefeito de Caculé, o presidente da câmara de Caculé e o vereador Neto de Dim, que a organizou com muita maestria.

Também estivemos em Brumado ontem, acompanhando a secretária da Saúde, Roberta Santana. Pudemos fazer uma visita lá a todos os instrumentos públicos de saúde daquele município e vimos a importância da secretária se deslocar até os municípios para conhecer de perto a realidade de cada município.

Então, eu quero parabenizar também o prefeito Fabrício Abrantes, o secretário de Saúde, o vice-prefeito Marlucinho, dizer também da importância... Quero parabenizar também, sobretudo, o governador Jerônimo por dispor e compreender a necessidade de cada vez mais melhorarmos e qualificarmos a saúde do município de Brumado. Fica uma expectativa grande de que a gente não só melhore aquele hospital municipal, mas também repactue com os municípios para poder melhorar as condições de saúde de Brumado e poder atender àqueles municípios da microrregião. Também há uma expectativa grande de se implantar um hospital regional, uma vez que Brumado está em uma das 28 regiões que precisam ser cobertas por hospitais regionais e ainda é um dos municípios que não foi contemplado com um hospital regional.

Mas, gente, eu quero também fazer uma breve leitura. Recebi uma família de Pindaí nesse final de semana e quero fazer um apelo à Secretaria da Segurança Pública. A gente sabe do trabalho do Marcelo Werner e sabe também da sensibilidade do nosso governador Jerônimo, mas, há alguns anos – precisamente em 2018 –, o jovem Matheus Ferreira Leão foi assassinado brutalmente no município de Pindaí. Matheus tinha 19 anos e foi encontrado morto. O caso é investigado sob sigilo, conforme foi informado pela Polícia Civil. A morte de Matheus, um jovem de 19 anos.

(Lê) *“Parece que o tempo parou, são 7 anos sem respostas desse crime bárbaro. A gente fica triste porque o culpado não foi punido. É muito doloroso”, disse a mãe da vítima, Josevane Soares Santos. A Secretaria de Segurança Pública da Bahia informou que o caso é investigado sob sigilo pela Delegacia.”*

Para os pais, a falta de respostas deixa a família com muita angústia, é uma angústia realmente sem fim. Imagina a gente perder um filho de 19 anos de idade. Eu, que tenho duas filhas, não quero nem pensar na possibilidade de passar por uma angústia dessa.

“(...) O corpo de Matheus foi encontrado no dia 5 de agosto de 2018 na zona rural próxima a cidade de Pindaí com várias perfurações que, segundo análise do IML foi mais de 15 facadas...”

“(...) Josevane mantém a esperança e a fé de que a verdade apareça. ‘Acho que, dificilmente o criminoso irá se arrepender, mas a gente tem esperança de que se alguém viu...’” Ou se tem alguma testemunha, que se pronuncie. Para ela, o filho pode ter sido vítima de uma emboscada, ela acha que foi não foi um acaso.

Portanto, a gente pede a sensibilidade da Secretaria da Segurança Pública para que se debruce sobre esse caso. É um caso que já faz 7 anos e a polícia precisa desvendá-lo para que traga acalento e calma para o coração daquela família e também para que os responsáveis por essa atitude bárbara sejam punidos.

Então, a gente pede aqui uma atenção do nosso secretário Marcelo Werner para que a gente possa, em um esforço coletivo, ajudar a mitigar a angústia daquela família e desvendar esse crime bárbaro.

No mais, quero agradecer a presença de todos.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr.^a Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero fazer uma saudação a todos os servidores da saúde da Bahia e do Judiciário também.

Presidente, eu gostaria de falar sobre algo bem interessante que tem acontecido em alguns municípios baianos, pela relevância dos eventos.

Eu quero falar um pouquinho sobre as feiras literárias que estão acontecendo em algumas cidades da Bahia e eu tive o privilégio de participar de uma delas nesse final de semana, na cidade de Capim Grosso. A feira literária abriu os festejos do aniversário de Capim Grosso, que comemorou 40 anos de sua emancipação política, com a feira literária sendo protagonista do aniversário da cidade.

É muito importante para nós, porque esse momento é um momento único que a Bahia vive. Ou seja, o estado da Bahia é hoje o estado que mais investe nessas feiras, permitindo à nossa juventude acessar a cultura de uma forma muito direta e muito próxima. Ali tem os artistas da área da cultura, da arte, escritores, poetas, enfim, cantores, músicos, todos acessíveis a essa juventude. Isso nos permite sonhar com uma sociedade muito melhor mais adiante.

Eu acho que a Bahia está consolidando isso através dessas feiras, pela importância dessas feiras. Eu quero, neste momento, parabenizar o prefeito Sivaldo por ser um dos protagonistas na organização dessas feiras. Acontece pelo 3º ano consecutivo e, dessa vez, foram 3 dias – 8, 9 e 10 do mês de maio, com um público muito grande, inclusive transformando essa feira em uma feira regional. Muitas cidades participaram e os representantes dessas cidades inclusive conversaram conosco para que pudéssemos ajudar a levar essas feiras. Andorinha falou sobre isso, minha própria cidade, Senhor do Bonfim, falou da pujança e da importância que essa feira permite. Eu acompanhei algumas palestras, participei também como palestrante, falando um pouco do esporte. As feiras têm sido algo realmente muito importante para o que a gente deseja da Bahia nos próximos anos.

Isso se associa... É óbvio que a gente tem de fazer uma alusão, deputado Rosemberg, aos investimentos que o estado da Bahia tem feito também na

educação. Eu acho que esse momento especial que o nosso estado vive nos permite sonhar que, muito em breve, tenhamos a tão sonhada sociedade mais justa, mais humana, mais decente, mais respeitosa com as diferenças, mais transformadora, mais inclusiva.

Esses investimentos que a gente vê na cultura, por meio das feiras, sobretudo no que se refere aos investimentos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no que se refere à qualidade do ensino público, é muito importante. Eu não me refiro apenas à questão estrutural, ou seja, à parte física das escolas; eu me refiro também à qualidade do ensino, à valorização dos profissionais, dos professores, dos coordenadores, à cultura pujante dentro das escolas, ao esporte pujante dentro das escolas, que são algo, realmente, que hoje a gente tem de enaltecer e parabenizar.

A gente não podia esperar uma outra situação do governador Jerônimo Rodrigues que não fosse essa. O governador é professor e foi secretário da Educação do estado da Bahia. Também há o papel da secretária Rowenna, que é um papel realmente de muita entrega, de muito entusiasmo, de muita competência, associado, claro, aos seus colaboradores da Secretaria da Educação.

Então, a Bahia vive um momento muito especial, repito, primeiro por acreditar que a cultura e a educação são portas transformadoras. A gente lembra bem e é importante registrar que a Coreia do Sul se transformou por meio do impulsionamento...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos investimentos feitos na educação, e a gente caminha fortemente para que isso aconteça.

Repito, com o trabalho feito pelos prefeitos encorajando a cultura em seus municípios, encorajando a arte nos seus municípios, investindo na cultura, investindo na arte, e com o governo da Bahia fortalecendo a educação pública, nós estaremos, sim, muito em breve, em um outro momento, em um momento histórico que tanto desejamos ter...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma sociedade menos violenta e com mais oportunidade por meio da educação, por meio da cultura, por meio da arte.

Obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado inscrito, Raimundinho da JR, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Boa tarde, Sr.^a Presidenta e nobres colegas.

Venho aqui, mais uma vez, Sr.^a Presidente, prestigiar a nossa colega deputada Cláudia Oliveira, da Comissão de Infraestrutura, pela iniciativa de fazer hoje uma audiência pública em que nós tratamos de um assunto de grande importância com o DNIT. Vejo com muito carinho a forma que ela trata o Sul da Bahia e a gente viu a preocupação de todos nós, que somos daquela região, por vermos o prejuízo que

está causando a interdição daquela ponte. Eu vi a forma que a deputada Cláudia hoje provocou essa audiência pública e foi de muita importância, porque nós, desta Casa – principalmente da Comissão de Infraestrutura, da qual fazemos parte – estamos mostrando para que viemos para esta Casa, que foi para representar nosso povo baiano.

Eu também me preocupo muito, porque também tenho hotel no município de Porto Seguro e vejo que os prejuízos virão com essa falta de atenção, vamos dizer assim, porque se o DNIT tivesse feito as correções e as vistorias das pontes, tenho certeza de que aquela ponte, hoje, deputada, não estaria interditada. A gente fica muito triste de ver uma cidade, como a cidade de Itapebi, sendo dividida ao meio. A gente viu a fala do prefeito, deputado Marcelino, dizendo que ele tem que trazer os alunos até a cabeceira da ponte, atravessar e colocar outro ônibus, porque senão ele tem que fazer um desvio de 70 quilômetros. Isso ocorreu no município de Itapebi, porque está dividido ao meio. O município de Itapebi tem um lado da ponte e o outro lado que é o município. Então, a gente fica, assim, olhando a forma que esse povo trata, com descaso, pontes. Isso poderia ter sido evitado. Mas estivemos hoje com o pessoal do DNIT e nós vamos buscar soluções para aquela situação.

Também não posso deixar de falar da reunião que eu tive hoje ao lado do meu amigo e colega Eduardo Salles, que foi muito solícito em me acompanhar à Agerba para trocarmos ideias.

A convocação da nossa ida hoje com o pessoal da diretoria da Monte foi muito produtiva também, porque, daqui a 45 dias, eles vão mostrar o cronograma das obras, porque a BA-093 pede socorro. Já houve paralisação, já fecharam as estradas. A gente tem visto tudo isso e hoje a gente foi cobrar providências do diretor da Monte, porque eu vejo que a gente tem que cobrar para que as pessoas lembrem que o povo baiano não pode ficar no esquecimento, que a gente só tem o direito de pagar. Nós temos aqui, nesta Casa, a obrigação de cobrar, sim, as mazelas, porque muitas das concessionárias ganham e depois fazem tudo de conta.

Juntos, estivemos lá, na Agerba, cobrando também o transporte público do município de Dias d'Ávila. Não é admissível que uma empresa que ganhou a licitação para fazer o transporte intermunicipal em Dias d'Ávila... Vejam que antigamente tinha uma empresa lá que tinha sede e dava emprego a mais de 200 funcionários. Por motivo de incentivo da Prefeitura de Dias d'Ávila, aquela empresa que tinha ônibus novos, confortáveis...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campanhas.)

(...) e que estava fazendo um trabalho de excelência, simplesmente, só para concluir, Sr.^a Presidente, foi abandonada. Entrou outra empresa.

Eu nunca vi, na minha vida, você parar em um posto de combustível com os passageiros dentro do ônibus para abastecê-lo. Quando acontece qualquer quebra de ônibus naquela cidade, Marcelino...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campanhas.)

Simplesmente, ele é daqui de Lauro de Freitas... Tem que esperar o deslocamento de um ônibus para socorrer o povo de Dias d'Ávila. Isso não pode

estar acontecendo em um município. Eu tenho certeza de que o governo do estado e a Agerba vão tomar providências com essas atitudes de empresas que ganham o contrato para explorar e fazer o transporte urbano, mas não têm condições.

Então, fica aqui o meu desabafo ao povo de Dias d'Ávila, que reclama muito do transporte coletivo daquele município. Aquela situação, hoje, é desagradável para todos os diasdavienses.

Quero aqui deixar o meu desabafo e dizer que o deputado Raimundinho juntamente com esta Casa maravilhosa, com diversos deputados que lutam por essa mesma causa em outros municípios, estão aqui para lutar pela mudança e o respeito pelo dinheiro público.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Júnior Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Deputado Júnior Nascimento, que está inscrito aqui, com a palavra...

O Sr. Júnior Nascimento (fora do microfone): Renuncio ao meu tempo de fala, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): O deputado dispensa o uso da fala.

Com a palavra o deputado Pedro Tavares, próximo orador inscrito.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, eu queria, aqui nesta tribuna, destacar um programa importante da cidade de Lauro de Freitas, que é o Programa Lauro Fila Zero. É um programa que visa desafogar a demanda reprimida de exames e de consultas, uma demanda, recebida pela gestão atual, de quase 60 mil exames ou consultas que não foram feitos.

Esses milhares de procedimentos de saúde que não foram realizados têm sido feitos agora, por meio do Programa Lauro Fila Zero. É um programa que vai fazer os exames, as consultas, vai desestrangular a regulação municipal.

Eu queria parabenizar a prefeita Débora Regis por todo o seu compromisso, pela sua dedicação, pela iniciativa importante na saúde, mostrando o cuidado e o compromisso com a saúde da população de Lauro de Freitas.

Ficam aqui os meus parabéns à prefeita Débora Regis, os meus parabéns a toda a equipe de saúde e a toda a equipe dessa gestão que assumiu a prefeitura com sérias dificuldades administrativas, sérias dificuldades financeiras, mas que tem feito o seu papel, colocando a casa em ordem e avançando, mostrando que a cidade hoje tem uma nova postura. É uma prefeita que trabalha, uma prefeita que tem compromisso, uma prefeita que não foge das suas responsabilidades e tem zelado pela prefeitura.

Então, eu queria, mais uma vez, parabenizar a prefeita e parabenizar toda a sua equipe por essa bela iniciativa que é o Programa Lauro Fila Zero, que, como eu disse, visa desafogar a demanda reprimida de exames e de consultas da gestão anterior, que deixou, realmente, uma lástima na saúde de Lauro de Freitas.

E queria falar também sobre o município de Ilhéus, sobre a importância daquele município que é destaque em toda a Bahia, um município conhecido pelas suas belezas naturais, conhecido pelos livros de Jorge Amado, um município importantíssimo em nosso estado e que, desde janeiro, tem uma administração diferenciada de um prefeito que tem feito a diferença.

Eu queria falar da iluminação de uma avenida importante, que vai ali da catedral, passando pelo Cristo, passando pela ponte nova, chegando até o hotel Opaba. Essa iluminação se encontra totalmente abandonada, com os postes sem manutenção, uma iluminação inadequada, uma verdadeira escuridão, e isso era obrigação do estado. O estado não fez a sua parte, e o prefeito, com muita competência e compromisso com o município, vai fazer essa iluminação.

Até o aniversário da cidade, em junho, essa iluminação estará pronta. Uma iluminação em LED, uma iluminação de qualidade, da forma que a população de Ilhéus merece. Merece cuidado, merece respeito, e é isso que tem dado a administração municipal.

Na semana que vem, meu deputado Rosemberg Pinto e demais deputados aqui presentes, vai ter a Marcha dos Prefeitos, mais uma vez, lá em Brasília, deputada Cláudia. Eu tenho certeza de que seu esposo, meu amigo, o prefeito Robério, deverá estar lá, assim como vários prefeitos da Bahia e do Brasil, e eu queria falar da importância de acelerar a votação da PEC 66/2023.

A PEC 66 estabelece um limite maior para o pagamento, para o prazo de pagamento das dívidas do INSS. É fundamental a aprovação, o mais rápido possível, dessa PEC porque tem municípios que não estão aguentando, estão estrangulados, estão sem condições de honrar os seus compromissos por conta dos débitos anteriores do INSS.

Então, eu queria fazer também esse apelo à Câmara federal, falando da urgência de se votar a PEC 66 lá.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores, visitantes, hoje, presidenta, participamos de um momento singular na União dos Prefeitos da Bahia, em que o presidente Wilson, prefeito de Andaraí, deputado Luciano Araújo, apresentou o projeto de uma nova UPB, mudando estruturalmente, mas também, deputado Bobô, conceitualmente aquela instituição.

Cria uma sala especial para as mulheres, para as prefeitas, para as representações femininas e dá, como título da sala, o nome da ex-prefeita de São Francisco do Conde Rilza Valentim. Isso é muito importante para nós, que tivemos uma prefeita do Partido dos Trabalhadores que nos deixou prematuramente, no meio

do seu segundo mandato, que nos orgulhou bastante pelo trabalho que fez do ponto de vista da sua vontade de cuidar das pessoas, como educadora, como mulher que lutou bravamente contra a discriminação racial, ela que era uma mulher negra.

O governador Rui Costa, inclusive, há 2 anos, também dedicou o nome da ex-prefeita Rilza Valentim ao centro de anemia falciforme, doença que a levou a óbito e que tem uma incidência muito grande na população daquela região.

Mas hoje também, deputado Zé Raimundo, é um dia significativo, 13 de maio. Todas as nossas escolas levantavam o 13 de maio como a data da abolição da escravidão, deputado Pedro Tavares. É lógico que nós não podemos dizer que não foi uma data importante, foi uma data importante porque libertou, naquele 13 de maio, milhares de homens e mulheres que viviam na escravidão.

Mas esse 13 de maio não trouxe nenhuma política pública no outro dia, não trouxe nenhuma reparação, e é por isso que, todos os dias, o 13 de maio continua na luta viva da sociedade brasileira pela igualdade das pessoas independentemente da sua origem e da sua cor. Por isso, é fundamental que a gente tenha, todos os dias, uma reflexão sobre o quanto dói um processo de discriminação racial.

Lembro-me que Jorge Portugal retratava isso muito bem. O 13 de maio é uma data importante, mas não trouxe a reparação nem nenhuma política pública para atender àquelas pessoas que foram escravizadas e suas famílias, que continuaram pensando não como escravas de fato, por conta da abolição da escravidão, mas pela falta de políticas e de reparação para uma comunidade...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) extremamente explorada.

E aí ele fez uma música que Lazzo Matumbi interpreta muito bem, deputado Bobô, que diz mais ou menos assim:

(O orador canta:

*“No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca descii...
Zanzei zonzinho em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer
Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver*

*No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder...”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Vou prorrogar o tempo por mais 5 minutos para escutar o nosso cantor no Pequeno Expediente.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (O orador continua a cantar:

*“(...) Mas minha alma resiste, o meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu...”)*

Essa é a música *14 de Maio*, depois do 13 de maio, escrita pelo meu querido amigo professor Jorge Portugal e interpretada por Lazzo Matumbi.

Que a luta contra a discriminação não precise ser feita, mas, lamentavelmente, a gente tem que fazer essa luta todos os dias.

Obrigado. (Palmas)

Parlamentar não identificado: Hoje, ele está inspirado!

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): É, hoje ele está inspirado. Parabéns, deputado. Não sabia que o senhor tinha também mais essa qualidade, a de ser cantor, esse dom, esse dom. Eu acho que o som da Casa não estava muito bom, a gente vai melhorar para depois o senhor cantar novamente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Agora, entrando no Grande Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito pelo Bloco da Oposição para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Tiago Correia (fora do microfone): Falará o deputado Arimateia.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Arimateia pelo tempo de?

O Sr. Tiago Correia (fora do microfone): Por 25 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Arimateia pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: A gente cede 15 minutos aqui.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, mais uma vez eu quero parabenizar os funcionários da Justiça que estão aqui nas galerias pela perseverança, pelo trabalho.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Vocês realmente têm importância para a nossa Bahia, e podem ter certeza de que, se precisarem do nosso apoio... Aliás, nós já declaramos o nosso apoio às reivindicações de vocês, o nosso partido, o Republicanos, bem como também a Oposição.

E aí, deputado Rosemberg Pinto, gostaria que V. Ex.^a desse uma olhada para as galerias, por favor. Olhe aí. Esse projeto já está aí, ele está na gaveta da Secretaria da Mesa, falta apenas a interferência de V. Ex.^a para que seja pautado e para que a gente possa aprová-lo.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr.^a Presidente, quero parabenizar o Sinpojud, que está aí nessa luta, que defende e que luta realmente pela classe. Parabéns para vocês.

Mas, Sr.^a Presidente, (lê) “Ontem, 12 de maio, celebramos o Dia Internacional da Enfermagem, uma data que não deve ser marcada apenas por homenagens formais, mas por um profundo reconhecimento da importância, da coragem, da dedicação e da competência de todos os profissionais de enfermagem do nosso estado e do nosso país.

A enfermagem é a espinha dorsal de qualquer sistema de saúde...” E nós pudemos ver isso, eu abro aqui um parêntese, no período da pandemia. No período da pandemia, a enfermagem, os enfermeiros profissionais, estiveram sempre atentos, mantiveram a sua coragem e a sua eficiência.

(Lê) “(...) São esses profissionais que acompanham o paciente desde o primeiro atendimento até sua recuperação.

Estão presentes nas UTIs, nas maternidades, nas comunidades rurais, nas periferias urbanas, nos postos de saúde, nas campanhas de vacinação e nos momentos mais críticos da vida de qualquer cidadão.

São eles que seguram a mão, que escutam, que acolhem, mesmo em meio ao cansaço, à sobrecarga e, muitas vezes, à falta de reconhecimento.

E é por isso...”, Sr.^a Presidente, “(...) que, nesta Casa Legislativa, devemos não apenas aplaudir, mas agir. Lutar...”

Eu não sei se eu estou com problema de audição, mas eu estou achando o microfone distante da voz do deputado José de Arimateia. Eu não estou ouvindo bem. Eu não sei o porquê, não é de... Olha só.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

(Lê) (...) E é por isso que, nesta Casa Legislativa, devemos não apenas aplaudir, mas agir. Lutar por melhores condições de trabalho, por jornadas justas, por capacitação contínua e por respeito. Respeito em cada ambiente de trabalho, em cada política pública, em cada decisão orçamentária.

Neste dia, deixo o meu profundo agradecimento a cada enfermeira, a cada enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem. Vocês são verdadeiros pilares do cuidado e da dignidade humana.

Parabéns pelo seu dia. Que possamos fazer jus, em ações e em leis, à grandeza do trabalho que vocês realizam.”

Então, Sr.^a Presidente, era isso que eu gostaria de deixar registrado, já que ontem eu não estive nesta Casa. Na hora em que cheguei, já tinha caído a sessão, mas agora estou aqui e não poderia deixar de fazer esse registro nos Anais da Casa. Parabéns pelo Dia Internacional da Enfermagem! Que Deus abençoe vocês!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concedo a palavra, no restante do tempo da Oposição, ao deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, digníssima presidente Ivana.

Colegas deputados, deputadas, demais pessoas que estão nos acompanhando, hoje o governo do estado vai querer votar mais dois empréstimos: um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões, R\$ 3,5 bilhões, e mais R\$ 1 bilhão, em empréstimos. Totalizando, fora os R\$ 600 milhões da semana passada, ele vai querer aprovar hoje mais R\$ 4,5 bilhões.

Eu gostaria de chamar esta Casa para uma reflexão: toda vez que nós, Assembleia Legislativa, aprovamos qualquer tipo de empréstimo, acabou a nossa participação. Não existe possibilidade de conseguirmos acompanhar qualquer um desses empréstimos. A partir dessa aprovação nenhum deputado e nenhum cidadão vai conseguir saber se esse empréstimo já foi tomado, se esse empréstimo já caiu na conta, se esse empréstimo foi utilizado da forma “a”, “b” ou “c”, porque os empréstimos do governo do estado estão caindo numa conta conjunta.

É a conta conjunta do Orçamento do governo do estado, ou seja, ele vai fazer e depois vai demonstrar a utilização desse recurso da forma que ele quiser, sem as devidas comprovações de que aquele recurso foi para aquela determinada situação que aqui a Assembleia autorizou.

O que eu queria chamar para reflexão, vamos mais uma vez lembrar aqui: o governo Jaques Wagner, durante 8 anos, somou, totalizou, R\$ 17 bilhões em empréstimos; o governo Rui Costa, em 8 anos também, solicitou a esta Casa R\$ 9 bilhões em empréstimos. Agora vamos para os 2 anos de Jerônimo: já chegam a R\$ 18,5 bilhões, em 2 anos. Em 2 anos, ele já solicitou e esta Casa autorizou mais de R\$ 18 bilhões.

Fazendo a verificação, eu faço até um apelo a V. Ex.^{as}: façam também essa avaliação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Vocês sabem qual o valor da Ponte Salvador-Itaparica que foi colocado no Tribunal de Contas do Estado da Bahia, já com toda a valorização? São R\$ 10 bilhões.

Pela quantidade de recursos de empréstimos solicitados por Jerônimo, ele já poderia estar completando duas pontes Salvador-Itaparica, gente!

O que está acontecendo com o governo do estado? Será que não está sabendo utilizar esses recursos ou são apenas para fazer política?

Será que é para fazer política que já chegamos ao valor de quase duas pontes Salvador-Itaparica? E a gente, com esse recurso já aprovado pela Casa, não precisaria de chinês nenhum. Ele já tem o recurso. Ele já tem porque esta Casa autorizou.

Quer ver outra coisa com relação aos empréstimos que chama a atenção? Vamos pensar na pessoa física. Quando você vai solicitar um empréstimo. Quando eu vou solicitar um empréstimo, eu vou ao banco “a”, “b” ou “c”, eu já sei qual é o banco que eu vou, mas a Casa tem autorizado esses empréstimos sem que o governo do estado defina qual é a instituição financeira.

O que isso quer dizer? A Casa autoriza, ele fica com a autorização de poder solicitar e tomar esse empréstimo em qualquer instituição financeira. Vocês já

imaginaram como é que vai ficar? Vem o Bradesco, vem o Itaú, vem qualquer banco particular, para inclusive negociar com o governo do estado: “Eu consigo ‘x’, ‘y’ ou ‘z’ para vocês realizarem essa operação”.

Ele deveria tomar o empréstimo em banco público. Por que não no Banco do Brasil? Por que não na Caixa Econômica? Por que fazer a solicitação para qualquer instituição bancária? Tem alguma coisa aí. Tem alguma coisa estranha no ar sobre o que esta Casa precisa se debruçar. Se esta Casa não fizer o papel dela... Quando eu trago aqui essas informações é porque elas estão aí, eu apenas as li, apenas li e trouxe para que vocês consigam perceber o que está acontecendo no governo do estado.

Eu posso chegar aqui e dizer que nós não estamos observando nenhuma transformação para melhor na vida das pessoas da Bahia. Eu não vejo uma obra de grande impacto até hoje, depois de 2 anos e meio, que o governo Jerônimo Rodrigues executou porque não há, não há esse impacto na vida das pessoas.

Então, meus amigos, minhas amigas, esta Casa precisa ter um pouco mais de responsabilidade. Eu falei que estaremos chegando hoje – naturalmente, se o governo tiver aqui o quórum necessário de 32 deputados –, eles estarão aprovando aqui mais de R\$ 18 bilhões.

Amigos, amigas, nós estamos falando do valor de duas pontes Salvador-Itaparica. Quando me perguntavam o que eu achava da Ponte Salvador-Itaparica, eu sempre disse que eu só acreditaria quando ACM Neto estivesse no poder para que essa ponte saísse. Por quê?

Eu estou provando a V. Ex.^{as} e a todos vocês que a questão não é financeira, o governo já tem esse recurso, hoje vai chegar ao valor de duas pontes Salvador-Itaparica. O que falta é vontade política, o que falta no governo do estado é vontade política para resolver, para pegar aquele Recôncavo todo e levar um grande desenvolvimento para aquela região. Isso é o que falta, porque o recurso já chegou.

Não esqueçam do que eu falei: o governo de Jaques Wagner, durante 8 anos, solicitou a esta Casa R\$ 17 bilhões; o governo Rui Costa, durante 8 anos, solicitou R\$ 9 bilhões; o governo Jerônimo no seu primeiro mandato, metade do primeiro mandato, já chegou a R\$ 18 bilhões! Tem alguma coisa errada, gente! Não é possível! Não é possível que esta Casa continue aprovando, aprovando, sem saber o que está acontecendo.

Finalizando isso que eu queria dizer, hoje vão tentar aprovar mais esses dois empréstimos de R\$ 4 bilhões – meia Ponte Salvador-Itaparica –, estão querendo aprovar isso e eu queria chamar a atenção de V. Ex.^{as}.

Mudando a pauta aqui – eu ainda tenho alguns minutos, presidente –, ontem saiu o *Atlas da Violência 2025*. Imaginem o que está acontecendo com a Bahia, foi vergonha nacional mais uma vez. Por 10 anos consecutivos, nós estamos, a Bahia está, em primeiro lugar de mortes violentas. Não é possível que não tenha alguma coisa errada!

O Partido dos Trabalhadores, Maria del Carmen, e o próprio Psol, sempre, sempre, disseram que não se faz segurança pública – o combate à violência – com

policiais, com a violência da mesma forma. Como é que a gente vai fazer isso? Com educação. Como é que a gente vai fazer isso? Com investimento, com ações sociais. Também concordo!

Mas, deputada Maria del Carmen, são 20 anos que o Partido dos Trabalhadores está aqui implementando as suas ações sociais. Todo esse projeto de educação está falido, está aí comprovado. Se era com ação social e com educação, o PT não conseguiu levar a Bahia aonde a gente queria, porque mostrou que em 20 anos não teve condições.

Qualquer um de V. Ex.^{as} poderia chegar para mim e dizer: “Não, mas é um trabalho de longo prazo.” Que longo prazo é esse de mais de 20 anos, gente? Não é possível! Não tem que trocar secretário de Segurança, não tem que trocar chefe da Guarda, comandante ou quem quer que seja. A questão não é a pessoa, não é o comandante “a”, “b” ou “c”, o problema é o governo. O governador tem que dizer: “A prioridade da Bahia é a segurança pública.” Mas ele não assume, o governador Jerônimo não assume que nós temos um problema gravíssimo, gravíssimo, de segurança pública. Ele precisa assumir isso!

Basta vocês acompanharem todas as notícias que saem publicadas em todos os sites. Quando o governador é perguntado, ele corre, ele corre de qualquer coisa que o desagrada, quando ele não tem o que responder. Não é possível que agora, se você passar em qualquer comunidade, vai ver ali as letras de cada comando e a expressão: “Aqui é tudo 1, 2, 3, 4, 5, 6...”. É assim o tempo todo! Mas o governo Jerônimo ainda não conseguiu assumir isso.

Ontem, eu estava com a deputada Fabíola aqui na entrega de uma premiação – a deputada Ivana até passou uma mensagem parabenizando pelo evento –, que foi, justamente, para premiar e estimular as lideranças comunitárias, deputado Marcelino Galo. E o que a gente viu naquele momento? Alguns subiram para seu momento de fala das lideranças comunitárias e sabem qual foi a queixa deles, presidente Ivana? Eles disseram da seguinte forma: “Eu sou morador do bairro ‘a’, ‘b’ ou ‘c’, e eu fui impedido, fui impedido, de transitar, de fazer política, de levar as pessoas que eu apoio para a comunidade em que eu vivo porque o comando de lá disse que não, porque já estava fechado com outro e eu não poderia fazer isso ali.” Vocês imaginem que a população se tornou refém na sua própria comunidade, se tornou refém da ausência da polícia e da segurança pública.

Amigos e amigas, a questão não é dinheiro. Jerônimo tomou mais dinheiro do que Wagner em 8 anos, do que o próprio Rui em 8 anos; Jerônimo já fez, em 2 anos, o dobro das solicitações de empréstimo que Rui fez em 8 anos. Tem algo estranho no ar, ainda mais quando ele não indica qual é a instituição financeira dessas solicitações que está fazendo.

Então, amigos e amigas, é para isso que eu chamo a atenção. Não vou falar, mais uma vez, de cheque em branco, porque é uma lista toda, não chega a ser mais um cheque...

O Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone): Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Com a sua tolerância, deputado Rosenberg. V. Ex.^a já está inscrito.

(...) já não é mais um cheque em branco, deputado Jurailton, é um papel de ofício, uma folha toda em branco, para ele preencher como ele quiser. Tem algo estranho aí, gente. Não é dinheiro que está faltando para a segurança, não é dinheiro que está faltando para a saúde. O que está faltando, mais uma vez, é planejamento.

Eu queria deixar um elogio, inclusive, deputado Rosemberg, para o Adolpho Loyola porque, a partir do momento em que se tornou secretário de Relações Institucionais, tem tentado, de alguma forma, tapar todos os buracos do governo. Precisaria ter vários Adolphos para que a gente pudesse ter uma Bahia melhor, mas infelizmente nós estamos com o governador Jerônimo Rodrigues.

Com relação à segurança pública, ele precisa entender, assumir de vez, não se esconder, não negar que nós, a Bahia, passamos por um problema gravíssimo de segurança pública. Agora, se ele continuar negando, querendo tratar com amor, com tranquilidade e com abraço, a gente não vai a lugar nenhum.

Com a palavra o deputado Rosemberg, o aparte de V. Ex.^a, se ainda o quiser.

O Sr. Rosemberg Pinto: Querido deputado Alan, eu queria só ajudar na sua fala. O empréstimo é uma antecipação de investimentos. Isso acontece aqui, acontece em qualquer lugar, como na Prefeitura de Salvador. Outro dia, eu tive uma discussão, um debate, com o secretário de Finanças da Prefeitura de Salvador, que tem a mesma opinião que a minha, que os empréstimos, se a gente tiver capacidade orçamentária, capacidade de endividamento, isso é algo importante para o desenvolvimento do município e para desenvolvimento do estado.

A questão da instituição financeira tem duas modalidades: quando você tem um empréstimo através de uma instituição financeira, principalmente com caráter social, tem juros subsidiados; e quando é de livre escolha da instituição financeira é porque o estado faz como nós, quando queremos tomar um empréstimo em uma instituição financeira, nós vamos procurar a que dá a menor taxa de juros, a que dá maior capacidade de financiamento...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Pinto: Só para dizer que não tem o nome, nesse caso.

Por último, só para dizer que nessa questão dos R\$ 3 bilhões, na realidade, isso é uma sustentação para os precatórios do Poder Judiciário. Há uma previsão...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de R\$ 3 bilhões para pagamentos de precatórios do Poder Judiciário e, por conta disso, esse valor significa que é uma caução no sentido de garantir o pagamento.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado.

Na verdade, quando a gente fala de governo do estado, quando se fala de prefeitura, na minha cabeça, eu consigo entender que qualquer instituição pública vai ter juros mais baratos do que uma instituição particular. Isso para mim é lógico, mas entendo a postura e a posição de V. Ex.^a nessa defesa.

Mas quando a gente fala também de precatórios, a gente tem de imaginar o seguinte: a gente está tomando um empréstimo de R\$ 3,5 bilhões, quando a gente

tem diversas outras prioridades, inclusive a Ponte Salvador-Itaparica. Está lá no Tribunal de Contas do Estado, já corrigido, R\$ 10 bilhões. São R\$ 10 bilhões! E por que a ponte não saiu até hoje? Não tem uma estaca, não tem uma pedra, tem muito dinheiro gasto com consultoria, com estudo, e até hoje a gente não tem sequer uma pedra fundamental lançada. Falta de vontade política.

Por isso que eu digo: essa ponte só sairá a partir de 2027, com o novo governador ACM Neto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Não há orador.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concedo a palavra ao líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Falará por 5 minutos o deputado Hilton Coelho, em permuta.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concedo a palavra, por 5 minutos, ao deputado Hilton Coelho, em permuta.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidenta, ocupamos esta tribuna para marcar, ressaltar, que nós vamos ter um evento muito importante em relação a um fato que tomou os noticiários políticos deste país, como uma necessidade de o país se erguer em relação a um conjunto de problemas: divergências políticas, estratégicas, o rumo do país. Por exemplo, o que nós vamos fazer com as nossas estatais, o problema ambiental, a questão dos serviços públicos, enfim, tudo isso sempre encontrou no mandato do companheiro Glauber Braga uma casa, sempre encontrou no mandato de Glauber Braga uma trincheira muito importante na defesa dos interesses da maioria.

Particularmente, no último período, o deputado Glauber Braga se notabilizou por não se conciliar, em momento nenhum, muito pelo contrário, deu luz a uma situação que, ao nosso ver, é absurda neste país, o chamado “Orçamento secreto”, cujo principal dirigente e organizador era justamente o presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Arthur Lira.

Glauber, numa defesa intransigente dos direitos da nossa população, da necessidade de se aplicar o recurso público para o interesse público e não em esquemas de corrupção, fez um conjunto de denúncias. Essa direita e essa extrema-direita não resistem a que esse esquema venha à luz, por isso Glauber se tornou uma espécie de inimigo número 1 da ampla maioria do Congresso Nacional. É isso que está por trás, não outro motivo secundário que é alegado na Comissão de Ética para a tentativa de cassação do mandato de Glauber.

Por isso, na próxima quinta-feira, nós vamos ter a presença de Glauber na Bahia, vamos ter a presença de diversas lideranças nacionais e do Nordeste, na caravana que está correndo todo o país pela manutenção do mandato de Glauber Braga. Esse é o movimento “Glauber Fica!”. A sociedade brasileira, através da greve de fome que foi levada à frente pelo companheiro Glauber Braga, de maneira corajosa, não como forma de evidenciar o seu mandato, mas as bandeiras que esse mandato está a serviço... A greve de fome chamou a atenção de todo o país para esse problema gravíssimo, e a resposta dessa direita é endurecer em relação à possibilidade de cassação do mandato de Glauber.

Por isso, todos devemos nos envolver nessa luta e dizer em alto e bom som: “Glauber Fica!” Nós vamos ter a oportunidade de fazer isso na próxima quinta-feira, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, a partir das 18 horas. Todos que têm compromisso com a democracia, com os direitos da maioria deste país, com a soberania nacional e, principalmente, nesse contexto, com a defesa da ética, do ponto de vista da preservação dos interesses públicos da maioria da população deste país precisam estar nesse evento que, com certeza, será um evento concorrido e cheio de brilho, como tem acontecido em todos os cantos deste país.

Aqui tem uma particularidade: nós somos o estado que, infelizmente, tem o relator desse projeto. É preciso se ter uma posição firme em relação ao comportamento do deputado Paulo Magalhães, que não votou pela cassação do deputado que, comprovadamente, foi o mandante do assassinato de Marielle Franco, mas deu um parecer favorável à cassação de Glauber Braga. Isso é inaceitável, inadmissível e precisa, portanto, de uma resposta dos baianos e das baianas à altura.

Esse deputado não nos representa! E, quinta-feira, nós gritaremos em alto e bom som o nosso grito de indignação, de afirmação do que é bom na política brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E, neste momento, a palavra de ordem é gritar: “Glauber fica!”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã): Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Silêncio)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder da União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de 14 minutos.

Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente Alex, antes disso eu queria solicitar uma verificação do quórum para a continuidade da sessão e a marcação dos 15 minutos, para que não haja contraditório.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu vou passar a fala ao deputado Fabrício para fazer a questão de ordem, até porque ele tem uma comunicação inadiável sobre um fato que acaba de acontecer.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã): Com a palavra o deputado Fabrício.

O Sr. Fabrício Falcão: Sr. Presidente, demais deputados, Sr.^{as} Deputadas, a minha comunicação é que, neste momento, o mundo perde um dos maiores líderes políticos da humanidade: Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, senador e líder político.

Mujica acaba de falecer devido a um câncer muito grave. Ele foi uma figura que teve uma relativa ação no combate às ditaduras e na defesa dos direitos humanos. Foi preso, torturado, passou muitos anos de sua vida no cárcere, dentro de um buraco. Inclusive, tem um filme sobre a sua vida que se chama *Um dia em 12 anos*. Ele nos inspirou, a mim, como um jovem comunista, sendo a figura que sempre lutou contra as ditaduras, pela democracia e pelos direitos e liberdades individuais e coletivas.

A perda deste grande homem, essa figura humanística, amigo de Pablo Neruda, amigo do Lula, amigo de todos aqueles, meu amigo Hilton, que lutaram pela democracia. A perda de Mujica é uma coisa que choca, nos faz chorar e nos faz sentir a dor e pensar que toda a sua vida foi de luta em prol da democracia e dos direitos humanos. Ele, com certeza, viverá para sempre em torno daqueles que lutaram contra as tiranias na América Latina, no Brasil e no mundo.

Pepe Mujica vive para sempre no coração daqueles que amam e lutam pela democracia.

Um abraço.

(A deputada Ivana Bastos assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há um pedido...

O Sr. Hilton Coelho: Sr.^a Presidente, questão de ordem rapidamente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Questão de ordem.

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero me somar à dor do deputado Fabrício Falcão. Falar da biografia de Mujica significa falar da luta dos trabalhadores em todo o mundo, luta feita com um compromisso visceral de defesa da soberania nacional, de tudo o que há de melhor, ao nosso ver, da expressão da afirmação na política

internacional, representado por essa liderança que marcou o cenário da política, especialmente no último período.

Essa trajetória de enfrentamento à ditadura, de enfrentamento a uma tirania tão marcante na América Latina e, ao mesmo tempo, o exercício da presidência da República de uma maneira magistral, sem abrir mão das suas posições em momento algum, sendo afirmativo dessas melhores causas e ideais.

Portanto, eu quero me somar ao deputado Fabrício e propor 1 minuto de silêncio em homenagem à imortalização do ex-presidente Mujica.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Marquem 1 minuto. Por favor, 1 minuto de silêncio.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidenta, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes, aqui, para atender a um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão feito pelo deputado Alan Sanches. Eu queria pedir a V. Ex.^a que zerasse o painel e marcasse os 15 minutos regimentais para que a gente pudesse atender ao deputado Alan Sanches.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há uma solicitação de verificação de quórum do deputado Alan Sanches e do deputado Rosemberg. Peço que zerem o painel e marquem o tempo de 15 minutos. (Silêncio) Painel zerado.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, em seus gabinetes, há uma solicitação de verificação de quórum.

Há também sobre a Mesa um requerimento, nos termos do art. 88, parágrafo único, do Regimento Interno, para a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, a gente está na verificação de quórum para a continuidade, porque só há 12 deputados ainda. Se V. Ex.^a quer colocar em votação o requerimento, eu queria solicitar, então, a verificação de quórum de votação para 32 e não de 21.

O Sr. Rosemberg Pinto: Já está...Está ainda na...

O Sr. Alan Sanches: Então, a gente estende para 32...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para votar prorrogação de sessão?

O Sr. Alan Sanches: Para o que for. Eu estou solicitando...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Quórum?

O Sr. Alan Sanches: Eu estou solicitando... V. Ex.^a que quis colocar em votação. Votação! Pode ser de um requerimento, de um ofício, do que for, mas é uma votação. Sendo dessa forma, eu gostaria de solicitar a verificação de quórum de votação, porque esta Casa só pode votar com 32 deputados presentes, então 50%. O que eu quero, aqui, não é apenas pelo mérito dos 300 minutos. Não é o mérito, presidente Ivana, o que eu quero apenas é a obstrução desse empréstimo, não é o mérito do requerimento.

Então, eu queria deixar claro isso: não é o mérito, mas, sim, a questão da obstrução que a Oposição faz hoje.

O Sr. Rosenberg Pinto: Já deu os 21.

Veja bem, deputada Ivana, eu preferiria retirar o requerimento, deixar o requerimento para depois das 17h30min e, neste momento, dar continuidade às representações partidárias.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): O.k. Retirado o requerimento.

O quórum já está restabelecido.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Já passou, já passou esse.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder da União Brasil para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 14 minutos.

Parlamentar não identificado: Já foi também?

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Não há orador.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Não há orador.

Agora, vamos entrar na Ordem do Dia.

O Sr. Rosenberg Pinto: Ordem do Dia.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Não há inscrição alguma da Oposição. Já vai, agora, entrar na votação?

O Sr. Rosenberg Pinto: Lógico.

O Sr. Alan Sanches: O.k.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Ordem do Dia.

Há sobre a mesa, para votação, em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 25.765/2025, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.

Para a emissão de parecer conjunto da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Alan Sanches: Só queria deixar claro, aqui, que vou pedir a verificação de quórum de votação. Já que a gente vai entrar na votação, quero o quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k., deputado.

A Sr.a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, passo a relatar:

(Lê) *"PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei n.º 25.765/2025, de autoria do Poder Executivo, o qual 'autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.'

Através da proposição que ora venho relatar, busca, o Poder Executivo, obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa contratar, em nome do Estado da Bahia, 'operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, com garantia da União, até o montante de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), destinados ao pagamento do estoque de precatórios vencidos e não pagos, conforme registra a Mensagem do Sr. Governador que acompanha o projeto, "na qual registra ainda que os recursos provenientes da operação de crédito observarão..."

O Sr. Alan Sanches: Eu não estou entendendo! Alguém está entendendo?

O Sr. VITOR BONFIM: (Lê) *"(...) o cumprimento do disposto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em atenção ao dever do Estado da Bahia no cumprimento de suas obrigações fiscais e constitucionais'.*

Registre-se que o citado art. 101 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 109, de 2021, estabelece que 'os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período,' determinando ainda a atualização monetária e a forma de pagamento.

O projeto não recebeu emendas e, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2025."

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Solicito a verificação do quórum de votação, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há uma solicitação de verificação de quórum de votação...

O Sr. Alan Sanches: No âmbito das comissões.

O Sr. Rosemberg Pinto: No âmbito das comissões.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): (...) no âmbito das comissões, começando pela Comissão de Constituição e Justiça.

(A Sr.^a Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. Alan Sanches: Há quórum.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Já tem quórum.

Agora na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(A Sr.^a Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, só para saber, quais são as comissões envolvidas nesse projeto?

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Agora, vou verificar o quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(A Sr.^a Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum em todas as comissões.

O Sr. Alan Sanches: Deu quórum em todas as comissões.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Precisa, agora, só do quórum de votação.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Quórum de votação! Zerem o painel...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr.^a Presidente, marque os 25 minutos, por gentileza.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Marquem os 25 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Mas, primeiro, V. Ex.^a estava realizando a votação nas comissões?

O Sr. Rosemberg Pinto: Já votou.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Nas comissões!

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Aprovado nas comissões.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Agora, no Plenário.

O Sr. Alan Sanches: No Plenário. Peço a verificação de quórum de votação.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): O.k.

Há um pedido de verificação de quórum para a votação do PL n.º 25.765/2025. Zerem o painel, marquem os 25 minutos.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no Plenário.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes aqui. Os deputados que estão na sala do cafezinho, os deputados que se encontram em seus gabinetes venham ao Plenário para atender a uma verificação de quórum solicitada pelo deputado Alan Sanches.

Aproveito este momento para também externar a nossa solidariedade ao povo uruguaio e dizer da importância desse cidadão, o ex-presidente, que trabalhou imensamente para a formação da cidadania, pela luta por igualdade, que tem um histórico fantástico do ponto de vista de cuidar das pessoas.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há uma solicitação de verificação do quórum de votação. Os Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes...

O Sr. Marcelino Galo: Pela ordem, presidente.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo: Sr.^a Presidente, gostaria de prestar aqui a nossa homenagem, a nossa solidariedade ao povo do Uruguai pela morte, agora, recente, já anunciada ao mundo, dessa grande liderança do Sul global, da América Latina: o ex-guerrilheiro Pepe Mujica. Então, aqui, a nossa homenagem, em nome do Partido dos Trabalhadores, de sua bancada, a essa grande liderança.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida: Sr.^a Presidenta, é com um sentimento de tristeza que eu externo aqui a minha solidariedade aos familiares, aos amigos e ao povo uruguaio pelo passamento do grande líder Pepe Mujica. Pepe Mujica está no panteão dos grandes líderes mundiais, com sua história marcada pela luta em favor da democracia, pela resistência ao arbítrio e às ditaduras, como a que se instalou nesse país vizinho.

Desde jovem organizou movimentos de defesa do povo uruguaio, o movimento revolucionário dos Tupamaros. Foi preso, torturado brutalmente, teve

sua saúde prejudicada desde esse tempo, em razão de 7 anos de reclusão, praticamente isolado. E, assim como Nelson Mandela na África do Sul, saiu da cadeia e se tornou presidente do Uruguai. Viveu quase 90 anos e deixa o legado de que lutar vale a pena, que os ideais e os valores podem guiar um ser humano em busca de uma sociedade justa e fraterna. E esse é o legado, o ensinamento do querido Mujica, que nos deixou no dia de hoje.

O Sr. Zó: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado Zó.

O Sr. Zó: Presidenta, só para registrar, além da morte do Pepe Mujica, que a gente também lamenta e se solidariza com o povo uruguaio, com seus familiares, quero registrar também a morte do militante comunista, ex-vereador de Juazeiro, Inaldo Loiola, que foi vereador daquela cidade, foi funcionário público, um militante que acompanhou a nossa luta, que esteve junto, e que, infelizmente, também nos deixou hoje.

Então, nós, do Partido Comunista, fazemos esse registro das perdas de Inaldo, lá em Juazeiro, e do Pepe Mujica.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Restabelecido o quórum.

Em votação o Projeto de Lei nº 25.765/2025, em Plenário e em única discussão.

Para discutir. (Silêncio) Não há orador inscrito.

Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, em discussão única e regime de urgência o Projeto de Lei nº 25.765/2025, com os votos contrários dos Deputados da Oposição.

PROJETO DE LEI Nº 25.765/2025

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União, até o montante de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), observada a legislação vigente para contratação de operações de crédito, em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se ao pagamento do estoque de precatórios vencidos e não pagos, no âmbito do regime

especial disposto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, a operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do §1º do art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Registrando o voto contrário...

O Sr Tiago Correia: Sr.^a Presidente, peço que o voto contrário da Bancada da Minoria seja registrado.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Registrado o voto contrário da Bancada da Minoria.

Há sobre a mesa, para votação, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 25.766/2025, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia da União, na forma que indica e dá outras providências.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emissão do parecer conjunto das Comissões: de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr.^a Presidente, passo a relatar, no âmbito das comissões conjuntas, o Projeto de Lei nº 25.766/2025:

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº

25.766/2025, de autoria do Poder Executivo, o qual 'autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.'

Apresenta, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, a proposição que ora passo a analisar, objetivando obter desta Casa a necessária autorização para que possa contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com a garantia da União, no montante de até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para viabilizar investimentos nas áreas de Mobilidade Urbana e Interurbana, Infraestrutura Viária, Infraestrutura Hídrica, e Infraestrutura Urbana', conforme registra a Mensagem Governamental, na qual ressalta ainda o Chefe do Poder Executivo que 'os recursos provenientes desta operação de crédito serão destinados à viabilização dos investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos Anuais do Estado, de modo a contribuir com a continuidade do desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia, reforçando o compromisso do Governo do Estado com a sustentabilidade e a qualidade de vida da população.'

Trata-se, portanto, de matéria de relevante interesse da Administração

Estadual, na medida em que destina a viabilizar importantes investimentos nas áreas de infraestrutura e mobilidade urbana, em benefício da população baiana.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.", Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Tiago Correia: Sr.^a Presidente, questão de ordem.

Gostaria de pedir o quórum de votação nas comissões.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram...

O Sr. Alan Sanches: Não, deputada...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há uma solicitação...

O Sr. Alan Sanches: Não. Não, não, deputada...

O Sr. Rosemberg Pinto: Quero quórum nas comissões, presidente.

O Sr. Alan Sanches: É!

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Nas comissões...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Vou solicitar nas comissões.

O Sr. Alan Sanches: Não, não.

Permita-me, só para a gente esclarecer aqui. O parecer só pode ser votado se houver...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Quórum nas comissões.

O Sr. Alan Sanches: (...) o quórum nas comissões.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Vou solicitar o quórum nas comissões.

O Sr. Alan Sanches: Isso, aí depois a presidência poderá colocar em votação.

(A Sr.^a Presidente procede à verificação de quórum nas comissões.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para a votação do parecer conjunto, na Comissão de Constituição e Justiça: deputado Robinson Almeida?

O Sr. Rosemberg Pinto: Presente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Alan Sanches?

O Sr. Rosemberg Pinto: Dois.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputada Fabíola Mansur?

O Sr. Rosemberg Pinto: Três.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Felipe Duarte?

O Sr. Rosemberg Pinto: Quatro.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Hassan?

O Sr. Rosemberg Pinto: Cinco.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Vitor Bonfim?

O Sr. Rosemberg Pinto: Já tem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Na Comissão de Educação: deputada Fabíola Mansur?

O Sr. Rosemberg Pinto: Um.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Penalva?

O Sr. Rosemberg Pinto: Dois.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Hilton Coelho? (Silêncio); deputado Jurailton Santos? (Silêncio); deputado Robinson Almeida? Três; deputado Rosemberg Pinto? Quatro; deputado Zó? Cinco.

Há quórum na Comissão de Educação.

Na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização: deputado Zé Raimundo? Deputado Tiago Correia?

O Sr. Rosemberg Pinto: Dois.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Dois porque...

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Bobô?

O Sr. Rosemberg Pinto: Dois porque foi ele quem pediu quórum, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): É. Deputado Bobô? Deputado Tiago Correia? Três; deputado Cafu Barreto? Quatro; deputado Fabrício Falcão? Cinco; deputado Vitor Bonfim? Seis. Há quórum.

Na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: Eduardo Salles? Deputado Marcinho Oliveira? Deputado Bobô? Um; Deputada Cláudia Oliveira? Dois; Deputado Marcone Amaral? Três; Deputado Pedro Tavares? (Silêncio); Deputado Penalva? (Silêncio); Deputado Raimundinho da JR? Quatro.

O Sr. Rosemberg Pinto: Quatro.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Marcelinho Veiga? (Silêncio); Radiovaldo Costa? (Silêncio) Deputado Robinson Almeida? Cinco.

O Sr. Rosemberg Pinto: Cinco.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há quórum nas comissões.

Em votação, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em única discussão.

Para discutir.

Não há orador inscrito.

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei n.º 25.765/2025. Oh, anotaram errado.

Projeto de Lei n.º 25.766/2025.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, com os votos contrários da Bancada da Oposição: deputado Paulo Câmara, deputado Tiago Correia e deputado Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Pinto: E da Base do Governo: o deputado Hilton.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Deputado Hilton.

Aprovado em discussão única e regime de urgência o Projeto de Lei nº 25.766/2025, com os votos contrários dos Deputados da Oposição e do Deputado Hilton Coelho.

PROJETO DE LEI Nº 25.766/2025

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia da União, operação de crédito interno no montante de até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), observada a legislação vigente, e em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos anuais do Estado nas áreas de Mobilidade Urbana e Interurbana, Infraestrutura Viária, Infraestrutura Hídrica, e Infraestrutura Urbana.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167, da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro desta Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Vamos entrar agora nos projetos de lei dos deputados. Há sobre a mesa para...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr.^a Presidenta, eu queria falar a V. Ex.^a sobre um requerimento que nós apresentamos com relação à sessão de segunda-feira. Segunda-feira faz exatamente 25 anos da perda prematura do deputado Paulo Jackson, que tem um histórico extremamente importante para a democracia no nosso estado, e a solicitação da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e certamente dos demais deputados aqui, é transformar essa sessão de segunda-feira em uma sessão especial em memória do deputado Paulo Jackson.

O Sr. Alan Sanches: De acordo.

Presidente, eu queria relembrar a V. Ex.^a que, se assim desejar, pode colocar o requerimento. Acho que não serão necessários os 300 minutos, acho que não serão necessários, mas a senhora fica calçada.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com certeza.

(Lê) “Requeiro nos termos do art. 88, § único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos, com objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.”

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Em votação a transformação da sessão ordinária de segunda-feira do dia 19 de maio de 2025 para sessão especial em memória aos 25 anos do falecimento do deputado Paulo Jackson.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada a transformação.

Há sobre a mesa, para votação por acordo, o Projeto de Lei nº 22.466/2017, de autoria do deputado Euclides Fernandes, que dá o nome de Ednaldo Manoel dos Santos à via BA-250, que liga o município de Gandu ao município de Ituberá.

Para emissão do parecer conjunto da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; e da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo o deputado Rosemberg Pinto.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr.^a Presidente, parecer do Projeto de Lei nº 22.466/2017, do deputado Euclides Fernandes, que já teve dez projetos debatidos e aprovados nesta Casa.

Dá o nome de Ednaldo Manoel dos Santos à via BA-250, que liga o município de Gandu ao município de Ituberá. O projeto não recebeu emenda. Portanto, manifestamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei, que ora relato.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser proferido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em primeira e segunda discussões, por acordo. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 22.466/2017.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em 1ª e 2ª discussões, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.766/2025)**

PROJETO DE LEI Nº 22.466/2017

Dá o nome de Ednaldo Manoel dos Santos a Via BA-250, que liga o Município de Gandu/BA ao Município de Ituberá/BA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o nome de Ednaldo Manoel dos Santos à Via BA-250, que liga o município de Gandu/BA ao município de Ituberá/BA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 setembro de 2017.

Deputado EUCLIDES FERNANDES - PDT

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há sobre a mesa, para votação por acordo, o Projeto de Lei nº 23.634/2019, de autoria do deputado Sandro Régis, que institui o Dia Estadual da Ordem DeMolay, a ser comemorado anualmente no dia 18 de março.

Para emissão do parecer conjunto da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; e da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo o deputado Vitor Bonfim.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr.^a Presidente, passo a relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Lei nº 23.634/2019, de autoria do deputado Sandro Régis, que institui o Dia Estadual da Ordem DeMolay, a ser comemorado anualmente no dia 18 de março.

A autoria é do deputado Sandro Régis, Sr.^a Presidente, foi feito um acordo de lideranças em relação ao projeto de lei e a propositura encontra-se na sua forma constitucional e legal, não tendo sido apresentada nenhuma emenda.

Opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo autor.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser proferido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em primeira e segunda discussões, por acordo. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 23.634/2019.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em 1ª e 2ª discussões, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.767/2025).**

PROJETO DE LEI Nº 23.634/2019

Institui o Dia Estadual da Ordem DeMolay a ser comemorado anualmente, no dia 18 de março.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Ordem DeMolay a ser comemorado no dia 18 de março, em consonância com o Dia Nacional da Ordem DeMolay, estabelecido pelo Congresso Nacional.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2019.

Deputado SANDRO RÉGIS

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há sobre a mesa, para votação por acordo, o Projeto de Lei nº 24.224/2021, de autoria do deputado Rosemberg Pinto, que dá ao trecho da Rodovia BA-510 que liga Santo Amaro da Purificação à comunidade de Pedras a denominação de Rodovia Paulo Anunciação.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emissão de parecer conjunto das Comissões: de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr.^a Presidenta Ivana Bastos, colegas, deputados e deputadas, o Projeto de Lei nº 24.224/2021, de autoria do nobre líder Rosemberg Pinto, tem como objeto denominar o trecho da Rodovia BA-510 como Rodovia Paulo Anunciação.

Esse é um trecho que cobre a comunidade de Pedras, ali em Santo Amaro da Purificação. É muito importante, nobres deputados, que os nomes, a denominação de logradouros públicos e de equipamentos possam guardar um pouco a memória.

Os senhores estão vendo que o Trump quer mudar as denominações dos lugares históricos. Isso significa dizer que a memória e o passado estão vivos, que essa memória e esse passado precisam ser coletivamente construídos e reconstruídos.

Paulo Anunciação era um companheiro de luta, de história, que foi deputado, um batalhador e, sem dúvida alguma, vai criar esse vínculo da sua trajetória com a memória.

Parabéns, nobre deputado Rosemberg Pinto!

Portanto, o projeto de lei se encontra nas conformidades constitucional e legal, e somos favoráveis pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser proferido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em primeira e segunda discussões, por acordo.

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 24.224/2021.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em 1ª e 2ª discussões, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.769/2025).

PROJETO DE LEI Nº 24.224/2021

Dá ao trecho da Rodovia BA-510 que Liga Santo Amaro da Purificação a Comunidade Pedras a denominação Rodovia Paulo Anunciação.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Dá ao trecho da Rodovia BA-510, que liga Santo Amaro da Purificação a comunidade de PEDRAS, a denominação RODOVIA PAULO ANUNCIAÇÃO.

Art. 2º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2021.

Deputado ROSEMBERG PINTO – PT

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há sobre a mesa, para a votação por acordo, o Projeto de Lei nº 24.328/2021, de autoria do deputado Laerte do Vando, que institui o dia 15 de julho como o Dia Estadual da Juventude Rural, e dá outras providências.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emissão do parecer conjunto das comissões de: Constituição e Justiça; de Agricultura e Política Rural; de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Passo a relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Lei nº 24.328/2021, de autoria do deputado Laerte do Vando, que institui o dia 15 de julho como o Dia Estadual da Juventude Rural e dá outras providências.

A presente proposição encontra-se na sua forma constitucional e legal, não tendo recebido nenhuma emenda ou substitutivo.

Portanto, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo autor.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser proferido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em primeira e segunda discussões, por acordo.

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei de nº 24.328/2021.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em 1ª e 2ª discussões, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.770/2025).**

PROJETO DE LEI Nº 24.328/2021

Institui o dia 15 de julho como Dia Estadual da Juventude Rural e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. - Fica instituído o dia 15 de julho como Dia Estadual da Juventude Rural a ser comemorado anualmente.

Parágrafo único - É considerado como juventude rural, para efeito desta Lei, filho ou filha de agricultor, proprietário, meeiro, arrendatário, acampado, assalariado, assentado rural, agricultores de comunidades tradicionais, com até 35 (trinta e cinco) anos de idade, cujas atividades estejam ligadas predominantemente a agricultura e pecuária.

Art. 2º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2021.

Deputado LAERTE DO VANDO

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Há sobre a mesa, para votação por acordo, o Projeto de Lei nº 24.678/2022, de autoria do deputado Fabrício Falcão, que dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, por meio da educação alimentar e nutricional, bem como sobre a regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada da educação básica do estado da Bahia.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emissão de parecer conjunto das comissões de: Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; de Saúde e Saneamento; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, designo a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, o Projeto de Lei nº 24.678/2022, de autoria do deputado Fabrício Falcão, objetiva dispor sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, por meio de educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica do estado da Bahia.

A presente proposição encontra-se em pauta por acordo e dispensa de formalidades; não recebeu emendas ou substitutivos. Por isso, vem a propositura à análise a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal, jurídico, financeiro e de mérito, na forma do disposto no Regimento Interno desta Casa.

Verificamos que a matéria, Sr.^a Presidente, é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, de competência desta Casa, está em consonância com os ditames constitucionais e infraconstitucionais.

Portanto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de lei que ora relatamos, parabenizando o deputado Fabrício Falcão pela sua autoria.

É o nosso voto, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser proferido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

No Plenário, em primeira e segunda discussões, por acordo.

Encerradas as discussões.

Em votação, o Projeto de Lei nº 24.678/2022.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em 1ª e 2ª discussões, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.771/2025).

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 24.678/2022

Dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica do estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica do estado da Bahia.

Art. 2º - Entende-se como promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar a realização da educação alimentar e nutricional, a regulação da comercialização e a comunicação mercadológica de alimentos, preparações culinárias e bebidas disponibilizadas e comercializadas nas redes pública e privada de educação básica do estado da Bahia.

Parágrafo único - As unidades escolares devem ser espaços promotores da saúde, qualidade de vida e de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, que influenciam na formação de hábitos saudáveis e no desenvolvimento de habilidades para a promoção do bem-estar pessoal e de sua comunidade.

Art. 3º - A promoção da alimentação adequada e saudável nas unidades escolares deve ser realizada conforme as diretrizes oficiais do Ministério da Saúde, respaldadas no Guia Alimentar para a População Brasileira e no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de dois anos, e com base nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) respaldadas na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com destaque para a Resolução n.º 6/2020.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, entende-se:

I - alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto

de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis;

II - alimentos in natura: obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza;

III - alimentos minimamente processados: a alimentos in natura que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original;

IV - alimentos processados: fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos in natura para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. São produtos derivados diretamente de alimentos e são reconhecidos como versões dos alimentos originais. São usualmente consumidos como parte ou acompanhamento de preparações culinárias feitas com base em alimentos minimamente processados;

V - alimentos ultra processados: formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento;

VI - comunidade escolar: composta por docentes, por discentes e por outros profissionais da escola, além de pais ou responsáveis pelos alunos, empresários, empregados e profissionais de estabelecimentos comerciais, bem como qualquer pessoa envolvida diretamente no processo educativo de uma escola e responsáveis pelo seu êxito;

VII - comunicação mercadológica: toda e qualquer atividade de comunicação comercial, inclusive publicidade, para a divulgação de produtos, serviços, marcas e empresas independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado.

Capítulo I

Das ações de educação alimentar e nutricional

Art. 4º - A escola deverá incluir a educação alimentar e nutricional de forma transversal no currículo escolar, enquanto campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde, em conformidade com a Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018, abordando o tema alimentação e nutrição e práticas saudáveis de

vida no processo de ensino e aprendizagem, inserido no projeto político pedagógico das escolas.

Parágrafo único - A educação alimentar e nutricional deve ser um campo de conhecimento e de prática contínua, permanente, transdisciplinar que usa abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos, que favoreçam o diálogo junto aos escolares e a comunidade escolar, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar, respeitando a liberdade e autonomia da escola no desenvolvimento das atividades.

Art. 5º - A organização de hortas no ambiente escolar e a prática da culinária podem compor as estratégias de educação alimentar e nutricional, conforme viabilidade operacional de infraestrutura das escolas e outras estratégias de educação alimentar e nutricional (EAN), de acordo com as possibilidades e realidade local das escolas.

Capítulo II

Das ações de doação e comercialização de alimentos e bebidas no ambiente escolar

Art. 6º - A doação e comercialização de alimentos, bebidas e preparações culinárias no ambiente escolar deve priorizar aqueles in natura e minimamente processados, de forma variada e segura, que respeitem a cultura e as tradições locais, em conformidade com a faixa etária e o estado de saúde do aluno, inclusive dos que necessitem de atenção específica.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, a doação e comercialização de alimentos refere-se a qualquer forma de distribuição e venda de alimentos, bebidas e preparações culinárias a escolares, professores, funcionários administrativos, pais e demais membros da comunidade escolar, de forma terceirizada ou gestão direta pela escola.

Art. 7º - Todos os estabelecimentos comerciais localizados no interior das escolas públicas ou privadas (cantinas, refeitórios, restaurantes, lanchonetes e afins), as empresas fornecedoras de alimentação escolar, os serviços de delivery ou qualquer sistema de entrega de alimentos (contratação de lanche pronto) no ambiente escolar estão sujeitos a esta Lei.

Capítulo III

Das ações de comunicação mercadológica de alimentos no ambiente escolar

Art. 8º - É vedado, na unidade escolar, qualquer tipo de comunicação mercadológica de alimentos, preparações ou bebidas cuja oferta e comercialização seja proibida por esta Lei, nos termos da Lei 14.045 de 27 de dezembro de 2018.

Art. 9º - Para efeitos desta Lei, a comunicação mercadológica abrange a promoção comercial direta ou indireta, incluindo-se aquelas realizadas no espaço físico da escola e no contexto de atividades extracurriculares.

Art. 10 - É vedada, no ambiente escolar, a prática do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança dos produtos tratados nesta Lei, sendo considerada circunstância agravante a utilização, dentre outros, dos seguintes recursos:

- I - linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores;
- II - trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança;
- III - representação de criança;
- IV - pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil;
- V - personagens ou apresentadores infantis;
- VI - desenho animado ou de animação;
- VII - bonecos ou similares;
- VIII - promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil;
- IX - promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil.

Capítulo IV

Das ações de fiscalização e controle social

Art. 11 - Qualquer cidadão pode denunciar o não cumprimento desta Lei ao Sistema de Ouvidoria da Secretaria Estadual de Educação ou outros canais de atendimento disponibilizados.

Capítulo V

Das disposições finais

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

Deputada MARIA DEL CARMEN
Relatora

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.109/2023, de autoria da deputada Fabíola Mansur, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, e dá outras providências.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em Plenário, designo o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, passo a relatar, no âmbito das comissões conjuntas, Projeto de Resolução nº 3.109/2025, que concede o Título de Cidadão Baiano ao ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, proposto pela deputada Fabíola Mansur.

A presente proposição, Sr.^a Presidente, encontra-se na sua forma constitucional e legal, não tendo recebido nenhuma emenda.

Portanto, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pela autora.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser proferido.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 3.109/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.109/2023, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.772/2025). (Publicado no DOEL em 16/5/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.253/2025, de autoria do deputado Jurailton Santos, que concede a Comenda Dois de Julho à jornalista baiana Jessica Smetak.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emitir o parecer, designo a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidenta, passo a relatar o Projeto de Resolução nº 3.253/2025, de autoria do deputado Jurailton Santos, que concede a Comenda Dois de Julho à jornalista baiana Jessica Smetak.

A presente proposição não apresenta nenhum vício de indicação, sendo constitucional e legal. Portanto, opinamos pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo deputado Jurailton Santos.

É o parecer, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Resolução nº 3.253/2025.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.253/2025, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.773/2025). (Publicado no DOEL em 14/5/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.263/2025, de autoria do deputado Emerson Penalva, que concede a Comenda Dois de Julho ao empresário e gestor público Wilson Paes Cardoso.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o presente projeto visa conceder a honraria Comenda Dois de Julho ao empresário, gestor público, prefeito de Andaraí e, agora, presidente da UPB, Wilson Cardoso.

Todos nós sabemos que ele tem uma vida dedicada ao povo baiano. Em todas as suas esferas de atuação, foi um grande empreendedor, desbravador da atividade comercial e econômica. No setor público, ele também é uma referência em gestões inovadoras e, agora, está nessa missão de liderar o segmento importante dos prefeitos e das prefeitas da Bahia.

Então, a presente matéria atende aos requisitos da legalidade e da constitucionalidade. Portanto, opino pela aprovação da honraria de autoria do deputado Penalva.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão do Projeto de Resolução nº 3.263/2025.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.263/2025, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. (REQ 10.774/2025). (Publicado no DOEL em 14/5/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.252/2025, de autoria do deputado Robinson Almeida, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Sérgio Hermes Martello Bacci.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, o presente projeto que ora venho relatar foi proposto pelo deputado Robinson Almeida e trata-se do Projeto de

Resolução nº 3.252/2025, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Sérgio Hermes Martello Bacci.

O projeto não recebeu nenhuma emenda e encontra-se dentro da constitucionalidade e legalidade. Portanto, voto pela sua aprovação.

É como eu voto, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão do Projeto de Resolução nº 3.252/2025.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.252/2025, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.775/2025). (Publicado no DOEL em 3/4/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.266/2025, de autoria do deputado Paulo Câmara, que concede a Comenda Dois de Julho à prefeita de Mucugê, a Sr.^a Ana Olimpia Hora Medrado.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidenta, o projeto que ora venho relatar é de autoria do deputado Paulo Câmara, de nº 3.266/2025...

O Sr. Roberto Carlos (fora do microfone): Questão de ordem, Sr.^a Presidente. Não pode ter dois pesos e duas medidas aqui.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Pronto.

(...) Sr.^a Presidente, o projeto que ora passo a relatar – anteriormente foi outro projeto que eu relatei – é de autoria do eminente deputado Paulo Câmara, de nº 3.266/2025, que concede a homenagem à prefeita Ana, de Mucugê.

O projeto não recebeu emendas e se encontra dentro da legalidade e da constitucionalidade.

A prefeita Ana Medrado é uma grande prefeita, mulher, hoje estava lá na UPB inaugurando o Espaço UPB Mulheres Municipalistas Prefeita Rilza Valentim. Portanto, além de parabenizar o deputado Paulo Câmara, voto pela sua aprovação, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão do Projeto de Resolução nº 3.266/2025.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.266/2025, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.776/2025). (Publicado no DOEL em 14/5/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.258/2025, de autoria da deputada Kátia Oliveira, que concede a Comenda Dois de Julho...

O Sr. Roberto Carlos: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Eu estou em votação. Terminando aqui, eu já lhe concedo, por favor.

O Sr. Roberto Carlos: Eu quero a questão de ordem, que depois V. Ex.^a me conceda a questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concederei, pode deixar.

Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.258/2025, de autoria da deputada Kátia Oliveira, que concede a Comenda Dois de Julho ao pastor evangélico e sargento do Corpo de Bombeiros Militar Raian Santana de Jesus Sátiro.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, concedo a palavra ao deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr.^a Presidente, encontra-se em minhas mãos o Projeto de Resolução nº 3.258/2025, da deputada Kátia Oliveira, que concede a Comenda Dois de Julho ao pastor evangélico e sargento do Corpo de Bombeiros Militar Raian Santana de Jesus Sátiro, o qual passo a relatar.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 3.258/2025, que concede a Comenda Dois de Julho ao pastor evangélico e sargento militar do Corpo de Bombeiros Militar Raian Santana de Jesus Sátiro.

A matéria em análise encontra-se apta a ser apreciada nesta comissão e no Plenário desta Casa por acordo de lideranças, com todas as dispensas de formalidades.

O projeto está em consonância com o que dispõem as constituições federal e estadual e o Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e jurídico.

Dessa forma, manifestamos pela sua aprovação na forma originalmente apresentada.

É o nosso relatório, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão do Projeto de Resolução nº 3.258/2025.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.258/2025, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.777/2025). (Publicado no DOEL em 14/5/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Tinha uma solicitação de...
Solicitação...

Em votação, por acordo...

O Sr. Roberto Carlos: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Pois não, deputado.

O Sr. Roberto Carlos: É que eu queria verificar a questão dos meus projetos, que solicitei, que foram aprovados pela Mesa Diretora e não estão na pauta para votação.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Sr. Deputado, na última sessão, a Mesa Diretora aprovou 13 projetos. Nós temos quatro desses projetos aprovados aqui e eu me comprometo com V. Ex.^a a, na próxima votação, trazê-los. Foram 13 e nós só trouxemos 4 para o Plenário, na próxima semana eu me comprometo com V. Ex.^a.

Em votação, por acordo, o Projeto de Resolução nº 3.239/2025, de autoria do deputado Tiago Correia, que concede a Medalha do Mérito Dois de Julho ao diretor-geral da Defesa Civil da cidade de Salvador, o Sr. Sosthenes Tavares de Macêdo Almeida.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, designo a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, chegou à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 3.239/2025, que concede a medalha ao Sr. Sosthenes Tavares de Macêdo Almeida, diretor-geral da Defesa Civil da cidade de Salvador.

A matéria em análise encontra-se apta para ser apreciada, dentro da legalidade, constitucionalidade e com todas as dispensas de formalidades regimentais. Está em consonância com o que dispõe a nossa Constituição.

Portanto, voto pela sua aprovação, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em única discussão.

Encerrada a discussão.

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.239/2025, **em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.779/2025). (Publicado no DOEL em 21/5/2025).**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Ainda temos, em votação por acordo, os seguintes projetos de lei que dispõe sobre declaração de utilidade pública.

Projeto de Lei nº 25.708/2025, de autoria do deputado Fabrício Falcão, que declara de utilidade pública estadual a Casa do Caminho – Pronto Atendimento Espírita, entidade sem fins lucrativos.

Também há o Projeto de Lei nº 25.726/2025, de autoria do deputado Binho Galinha, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Militares Estaduais de Carreira da Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador.

E o Projeto de Lei nº 25.758/2025, de autoria do deputado Luciano Araújo, que declara de utilidade pública o Centro de Cultura e Arte do Cedro, com sede e foro no município de Conceição do Coité, no estado da Bahia.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para emitir parecer, designo a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, encontram-se em análise os projetos de lei nº 25.708/2025, nº 25.726/2025 e nº 25.758/2025, todos versando sobre utilidade pública.

As proposições encontram-se em pauta por acordo e com dispensa de formalidades, não recebendo emendas ou substitutivos. Por isso, as proposições serão apreciadas quanto aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico, financeiro e de mérito na forma disposta no Regimento desta Casa.

Verificamos que as matérias são de natureza legal, constitucional, estando em consonância com os ditames constitucionais. Portanto, manifestamos parecer favorável à aprovação desses projetos de lei de utilidade pública.

Ao tempo, deputada Ivana Bastos, quero aqui ratificar que a senhora, na Presidência desta Casa, está de parabéns, batendo recorde absoluto, analisando detalhadamente, com os líderes partidários na Mesa Diretora, as proposições. Vem sistematicamente votando projetos de autoria de deputados e deputadas, batendo recordes de produção.

Quero aqui, então, manifestar os nossos parabéns, as nossas congratulações, por um recorde de projetos aprovados com critério e com qualidade, mas, certamente, favorecendo os mandatos dos deputados e, conseqüentemente, o povo baiano que eles representam.

É o parecer, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação os pareceres que acabam de ser lidos.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovados.

Em votação, no âmbito do Plenário. Em primeira e segunda discussões, por acordo.

Encerradas as discussões.

Em votação, os projetos de lei que dispõem sobre utilidade pública acima listados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados os Projetos de Lei **de utilidade pública, em 1ª e 2ª discussões, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.778/2025) de n.ºs:**

01. Projeto de Lei nº 25.708/2025 – Deputado FABRÍCIO FALCÃO - **Casa do Caminho - Pronto Atendimento Espírita.** Publicado no DOEL em 19/3/2025.

02. Projeto de Lei nº 25.726/2025 - Deputado BINHO GALINHA - **Associação dos Militares Estaduais de Carreira da Bahia.** Publicado no DOEL em 3/4/2025.

03. Projeto de Lei nº 25.758/2025 - Deputado LUCIANO ARAÚJO - **Centro de Cultura e Arte do Cedro.** Publicado no DOEL em 23/4/2025.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Hoje nós votamos dois projetos do Poder Executivo, cinco projetos de deputados, sete projetos de resolução – sendo dois títulos de Cidadão Baiano e cinco comendas – e três projetos de utilidade pública. No total, apreciamos e votamos hoje 17 matérias. Quero agradecer a todos os deputados e deputadas.

Não tendo mais nada a ocorrer, encerro a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Dr. Diego Castro (justificada), Fátima Nunes, Jordavio Ramos, Ludmilla Fiscina, Radiovaldo Costa (justificada) e Samuel Junior. (07) Os Deputados Dr. Diego Castro e Radiovaldo Costa tiveram as faltas justificadas (Atestado Médico).

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.